

2013  
Relatório  
& Contas





# Índice

<b>Parte I - Relatório de Atividades .....</b>	<b>1</b>
0. Introdução.....	3
1. Enquadramento macroeconómico .....	7
1.1 Principais indicadores da atividade económica em Portugal: 2012-2013 .....	7
1.2 Impacto da evolução macroeconómica no mercado do jogo em Portugal: 2012-2013.....	9
2. Análise da exploração dos Jogos Sociais .....	11
2.1. Números-chave .....	11
2.2. Dados de exploração.....	15
3. Organização DJ.....	30
4. Projetos e ações desenvolvidas .....	31
<b>Parte II - Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>33</b>
Balanço em 31 de dezembro.....	35
Demonstração dos resultados por naturezas .....	36
Demonstração das alterações no capital próprio .....	37
Demonstração dos fluxos de caixa .....	38
Anexo às demonstrações financeiras.....	39
1. Introdução .....	39
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	40
3. Principais políticas contabilísticas .....	41
4. Fluxos de caixa.....	57
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	58
6. Ativos fixos tangíveis .....	58
7. Ativos intangíveis.....	59
8. Participações financeiras - outros métodos .....	60
9. Outros ativos financeiros .....	60
10. Inventários.....	62
11. Mediadores .....	63
12. Estado e outros entes públicos .....	64
13. Outras contas a receber .....	65

14. Diferimentos – gastos a reconhecer.....	66
15. Fundo social.....	67
16. Resultados transitados .....	67
17. Outras variações no capital próprio .....	69
18. Provisões.....	69
19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros .....	70
20. Fornecedores.....	73
21. Prémios a pagar .....	74
22. Outras contas a pagar.....	75
23. Diferimentos – rendimentos a reconhecer .....	77
24. Rédito.....	78
25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	79
26. Fornecimentos e serviços externos .....	80
27. Gastos com o pessoal .....	80
28. Outros rendimentos e ganhos .....	81
29. Outros gastos e perdas .....	81
30. Juros e rendimentos/gastos similares .....	82
31. Compromissos .....	82
32. Matérias ambientais.....	82
33. Partes relacionadas.....	83

# Parte I

Relatório de Atividades



## 0. Introdução

A apresentação do Relatório e Contas do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) relativo ao exercício económico de 2013, dando assim cumprimento ao determinado no Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro, que aprovou os atuais Estatutos da SCML, coincide com um momento particularmente importante para a vida do nosso País - a conclusão do final do programa de assistência financeira. Mas, também, com grande relevância para os beneficiários dos Jogos Sociais do Estado, numa altura em que se anunciam alterações ao atual quadro regulatório do jogo a dinheiro.

Tendo o jogo a dinheiro, incluindo os Jogos Sociais do Estado explorados pelo Departamento de Jogos da SCML, um comportamento pró-cíclico, o exercício que findou decorreu ainda, como esperado, num quadro macroeconómico muito adverso, em resultado do processo de ajustamento em curso da economia portuguesa.

Na realidade, a atividade económica, medida pelo PIB, ter-se-á contraído 1,4%, o emprego reduzido 2,6% e o consumo privado deverá ter decrescido 2% em volume.

Apesar deste enquadramento adverso, as vendas brutas dos Jogos Sociais do Estado (JSE) atingiram um novo máximo histórico de 1.790 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 3,5% relativamente a 2012. Quando comparado este resultado com a previsão inscrita no Orçamento para 2013 o desvio, positivo, foi de apenas 2%, em virtude de não ter sido, ainda, possível iniciar a exploração de novas apostas desportivas.

De acordo com os dados disponíveis, a despesa total das famílias em jogo a dinheiro terá mantido a tendência de decréscimo observada nos dois últimos anos, como seria de esperar, com especial ênfase nos tipos de jogos disponibilizados pelos Bingos e Casinos e em alguns tipos de jogo ilegal. Mas para além dessa redução, também houve um processo de substituição dessa despesa, em especial em jogo ilegal, em favor dos JSE explorados pela SCML.

Como se detalhará no presente relatório, não só se continuou a acentuar o peso dos JSE no conjunto da oferta legal, passando de 63%, em 2012, para 66% em 2013, como se verificou uma nova modificação da estrutura das vendas brutas dos jogos explorados pelo Departamento de Jogos da SCML, com especial destaque para um novo aumento, significativo, das receitas da Lotaria Instantânea, que já representam 33% do volume de negócios total, aproximando-a da que se verifica na maioria das Lotarias Mundiais mais representativas.

Importa sublinhar que nestes últimos anos, beneficiando do conhecimento adquirido através do aprofundamento da cooperação com as demais Lotarias Europeias e Mundiais, foi possível explorar o potencial ainda existente de progressão no combate ao jogo ilegal. Só assim se compreende que o crescimento da Lotaria Portuguesa tenha sido significativamente superior à da média das Lotarias Europeias.

Efetivamente, o exercício económico do Departamento de Jogos caracterizou-se pelo aprofundamento da estratégia de atualização da oferta legal dos Jogos Sociais, no quadro das orientações definidas pelo Estado, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias e a prevenção do jogo excessivo.

Na verdade e tendo presente o florescimento, em anos anteriores, do mercado ilegal de jogo a dinheiro, cabe ao Departamento de Jogos, no estrito cumprimento das políticas públicas oportunamente definidas, para além das medidas de repressão daquela atividade, privilegiar a canalização para a sua oferta legal daquela procura.

Não obstante e como se verá no presente relatório, o ano de 2013 fica também marcado por uma intensa ação de repressão do jogo ilegal, tendo obtido das autoridades de polícia uma cooperação inexcelável, que aqui aproveitamos para agradecer. Adicionalmente, registem-se os importantes ganhos de causa obtidos contra operadores ilegais de jogo *online*, tendo sido proferidas importantes sentenças pelos Tribunais Nacionais em ações opondo a SCML a esses operadores.

Naturalmente e tendo presente que a maximização dos resultados a distribuir ao Estado não é um objetivo, em si mesmo, da política superiormente definida, estando antes subordinada à prossecução da proteção da ordem pública e de objetivos de imperioso interesse geral, deve salientar-se que os Resultados Líquidos da exploração dos JSE atingiram em 2013 cerca de 541 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 1,2% relativamente a 2012.

Adicionalmente, o valor gerado a favor do Estado pelo Imposto do Selo (sobre as apostas e sobre os prémios) atingiu 126 milhões de euros, traduzindo um crescimento superior a 80%. Em síntese, o valor das receitas públicas decorrentes da exploração dos JSE cresceu mais de 16% em 2013, atingindo os 665 milhões de euros.

Não é de mais sublinhar este facto já que, no modelo Português, estes lucros constituem uma importante fonte de financiamento das políticas sociais do Estado, quer as que são prosseguidas pela SCML no âmbito da sua missão, quer as que são por este diretamente conduzidas nas áreas da Acção Social, Saúde, Educação, Desporto e Cultura (entre outras).

Ainda assim, cumpre sublinhar que estes resultados ficaram bem acima do orçamentado para 2013 (+6%) em resultado de maiores ganhos de eficiência já que as despesas de exploração continuaram a descer significativamente.

Por outro lado, a moderação do crescimento dos lucros líquidos fica também a dever-se à redução das vendas líquidas, fruto do aumento significativo (+5,9%) do valor entregue em 2013 aos apostadores, a título de prémios, atingindo os 1.002 milhões de euros, consequência da já mencionada alteração da estrutura de vendas dos JSE.

Nestes termos, os objetivos estratégicos que foram definidos para 2013 concretizaram-se em três eixos fundamentais:

- base de conhecimento, com recurso a informação externa e melhor sistematização da informação interna existente, que se desenvolve no presente relatório;
- eficiência, designadamente através da melhoria de processos e procedimentos;

- inovação, em que assenta a sustentabilidade dos Jogos Sociais do Estado, com recurso à criatividade, à tecnologia e à informação.

Aliás e tendo presentes estes eixos, foram definidos seis objetivos operacionais para o Departamento de Jogos em 2013 que asseguram a continuidade da estratégia traçada: melhoria da rendibilidade; incremento da comunicação com os *stakeholders*; alargamento da base de apostadores; aprofundamento do conhecimento da atividade; aumento da segurança dos apostadores e mediadores; e alargamento do portefólio de jogos.

Ainda no exercício de 2013 foram desenvolvidos projetos estruturantes da concretização daquela estratégia, designadamente os relativos ao suporte e crescimento da atividade e os concernentes à otimização de infraestruturas, quer físicas, quer tecnológicas, que permitiram solidificar o alargamento da exploração assente em pilares como a idoneidade, a segurança e a inovação, cuja descrição é feita de forma mais detalhada nos capítulos seguintes do presente documento.

De igual modo, o Departamento de Jogos intensificou a comunicação com os seus principais stakeholders, em especial com os apostadores, os mediadores, os órgãos de comunicação social e o público em geral, prosseguindo-se, assim, a divulgação dos benefícios dos Jogos Sociais para o Estado e sobretudo para a sociedade em termos, por um lado, da proteção da ordem pública, do património das famílias e da prevenção do crime e, por outro, do financiamento das políticas sociais, desde a segurança social, à promoção da saúde e da educação e ao apoio ao desporto.

A este propósito foi revista a política de patrocínios do DJ no sentido de apoiar as iniciativas da Sociedade Civil que se inscrevem naqueles objetivos e que contribuam para manter a esperança na capacidade de superação das dificuldades que a vida coloca a todos: estivemos presentes no Desporto, em eventos do Atletismo, do Rugby, do Futebol, entre outras modalidades, na Cultura, apoiando a música, o *design*, o artesanato, entre outras áreas, e de Norte a Sul de Portugal.

Por outro lado e ao longo do exercício, foram preparadas e submetidas à Tutela propostas necessárias à mais eficiente exploração dos Jogos Sociais, designadamente alterações ao Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado, estabelecendo-se as condições de autorização e regras para o exercício da atividade de mediação.

Neste quadro, foi modificado o processo de selecção dos mediadores dos JSE, privilegiando-se a regra concursal, com recurso ao sítio da Internet [www.jogossantacasa.pt](http://www.jogossantacasa.pt), tendo sido publicado um comunicado em 2 de maio em que se divulgaram as novas regras e respetivos critérios de selecção, permitindo estruturar a rede de mediadores de modo a assegurar que os apostadores realizem as suas apostas nos jogos sociais num ambiente controlado e assistido, mantendo uma política de jogo responsável e de responsabilidade social.

Foram igualmente publicadas pelo Senhor Ministro da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social diversas Portarias que alteraram os regulamentos dos Jogos Sociais do Estado, procurando a uniformização de algumas regras de exploração.

Adicionalmente e no contexto europeu, o Departamento de Jogos acompanhou atentamente os processos de decisão no âmbito da regulação do jogo a dinheiro, no sentido de garantir que é mantida nos diferentes Estados Membros a competência exclusiva de regular esta área reconhecidamente especial. A este nível, foi não só assegurado o contencioso comunitário relativo à defesa do monopólio do Estado em matéria de jogos a dinheiro, intervindo em diversos processos de reenvio prejudicial, mas também apoiados os trabalhos preparatórios do Estado Português no âmbito da revisão da Diretiva “Branqueamento de Capitais” e da Diretiva “Concessões”.

Ainda a nível comunitário, destaca-se, dada a sua especial relevância, a participação no grupo de peritos constituído pela Comissão Europeia na sequência da “Comunicação da Comissão Europeia sobre o jogo em linha”. Refira-se, ainda, a participação do DJ num grupo de reguladores europeus de jogo, tendo sido organizada em Lisboa, em julho de 2013, uma das suas reuniões semestrais, com a participação, para além de Portugal, dos reguladores de França, Espanha, Itália, Alemanha e Reino Unido.

Nestes termos e tendo em consideração a dimensão de coordenação de diferentes posições nacionais sobre muitas das questões acima mencionadas, o Departamento de Jogos manteve uma participação muito ativa nas organizações internacionais de que é membro (WLA – World Lottery Association, EL – European Lotteries e CIBELAE – Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado).

Neste quadro, um representante do DJ foi eleito na Assembleia Geral, realizada em Israel, em junho de 2013 para a Comissão Executiva da EL – Associação Europeia de Lotarias, integrando pela primeira vez o respetivo Steering Committee. Adicionalmente, o Grupo Legal da EL é, também pela primeira vez, presidido pelo DJ da SCML. De igual modo, um representante do DJ foi eleito para a Junta Diretiva da CIBELAE, em reunião da Assembleia Geral que se realizou na cidade do Panamá em outubro de 2013.

Foram, ainda neste âmbito, aprofundados os mecanismos de cooperação bilateral com as Lotarias congéneres, sendo privilegiada a replicação de projectos de sucesso como é o caso do Euromilhões.

Por outro lado, continuou a ser conferida prioridade à cooperação com as Lotarias dos Países de Expressão Oficial Portuguesa.

Em conclusão, o ano que findou foi de grande exigência para o Departamento de Jogos da SCML, pelo que cumpre sublinhar o esforço e empenhamento dos seus funcionários na resolução dos problemas e na proposta de caminhos e de soluções, abrangendo neste reconhecimento os trabalhadores dos serviços instrumentais da SCML.

Lisboa, 6 de março de 2014

O Administrador Executivo,



(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

# 1. Enquadramento macroeconómico

## 1.1 Principais indicadores da atividade económica em Portugal: 2012-2013

O ano de 2013 encerrou com sinais positivos de recuperação económica. O crescimento do produto interno superou ligeiramente as projeções e o desemprego caiu mais do que o previsto, enquanto o ajustamento externo prosseguiu, apesar de as importações terem subido, devido a uma procura interna superior à esperada.

Por sua vez, o desempenho orçamental terá ultrapassado positivamente os objetivos traçados no programa de ajustamento da Troika, prevendo-se que o défice orçamental de 2013 se situe, com alguma margem, abaixo da meta dos 5,5% do PIB.

Em consequência, nos últimos meses de 2013 o sentimento dos mercados face à dívida pública portuguesa melhorou gradualmente, o que se demonstrou pela forte procura na oferta de troca de dívida ocorrida no início de dezembro, que reduziu as remanescentes necessidades financeiras em 2014.

Mas estes sinais de recuperação consolidaram-se apenas nos últimos meses do ano, tendo-se vivido o primeiro semestre ainda sob uma conjuntura bastante desfavorável e com perspetivas pouco otimistas quanto à retoma da economia, num contexto em que, no período 2011-2013, se estima, segundo o Boletim Económico de Inverno - 2013 do Banco de Portugal, uma contração acumulada da atividade económica de cerca de 6%.

De facto, apenas após os resultados do terceiro trimestre das Contas Nacionais se verificou uma subida consecutiva, em cadeia, do PIB tendo este crescido 0,2% em relação ao trimestre anterior, depois de um aumento de 1,1% do segundo face ao primeiro trimestre de 2013. Em termos homólogos a contração do PIB tem vindo a abrandar, tendo-se verificado uma queda de 1,0% em volume no terceiro trimestre, após variações de -2,0% e -4,1% nos segundo e primeiro trimestres do ano, respetivamente. Em termos anuais, espera-se uma evolução do PIB para 2013 de -1,4%, tendo sido de -3,2% a variação registada no ano anterior.

Para esta evolução terá contribuído, de forma significativa, uma diminuição cada vez menos intensa do consumo privado, o qual apresentou, no terceiro trimestre de 2013, uma redução homóloga de 1,1%, após descidas de 2,5% no segundo trimestre e de 3,9% no primeiro trimestre. Refira-se que relativamente a esta componente da procura, os últimos dados publicados pelo INE indicam um crescimento, em termos reais, do índice de volume de negócios no comércio a retalho de 0,9% no trimestre terminado em novembro de 2013, após uma diminuição de 0,7% no terceiro trimestre do ano.

Estima-se, assim, uma descida de 2,0% do consumo privado, em termos globais, para o ano 2013, quebra menos acentuada que a registada em 2012 (-5,3%).

**Evolução do PIB e suas componentes 2012 – 2013**

(Taxa de variação homóloga em volume)

	2012	2013 - Var. Trimestral			2013 (previsão)
		Trim I	Trim II	Trim III	
Produto Interno Produto (PIB)	-3,2	-4,1	-2,0	-1,0	-1,4
Consumo Privado	-5,3	-3,9	-2,5	-1,1	-2,0
Consumo Público	-4,7	-3,5	-2,6	-1,4	-1,5
Formação Bruta de Capital	-13,4	-16,4	-5,0	3,3	-8,4
Exportações	3,2	0,7	7,4	6,6	5,9
Importações	-6,6	-4,4	5,2	5,1	2,7

Fontes: INE, Síntese Económica de Conjuntura - dezembro 2013; Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno - 2013

No que respeita ao mercado de trabalho, segundo as Estatísticas do Emprego publicadas pelo INE, relativas ao quarto trimestre de 2013, neste último ano registou-se uma evolução do emprego ainda negativa, mas a um ritmo menor do que no ano anterior (-2,6%, face a -4,2% em 2012).

A par deste indicador, a taxa de desemprego tem vindo a registar sucessivas quedas trimestrais, embora em termos anuais se situe, ainda, num elevado nível, tendo atingido os 16,3% em 2013, o que significa uma subida de 0,6 pontos percentuais em relação a 2012.

**Evolução do mercado de trabalho 2012 – 2013**

	2012	2013 - Var. Trimestral				2013
		Trim I	Trim II	Trim III	Trim IV	
Emprego Total (variação homóloga/%)	-4,2	-4,9	-3,9	-2,2	0,7	-2,6
Taxa de desemprego (%)	15,7	17,7	16,4	15,6	15,3	16,3

Fontes: INE, Síntese Económica de Conjuntura - dezembro 2013, Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre 2013; Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno - 2013

Estas são variáveis que condicionam a evolução do rendimento disponível das famílias, também fortemente afetado pelas medidas de consolidação orçamental, sendo de destacar as alterações relativas à tributação direta que tiveram lugar em 2013. Assim, neste ano, o rendimento disponível dos particulares deverá, ainda, apresentar uma descida de cerca de 2,1%, ligeiramente mais ténue do que a registada em 2012 (-2,3%).

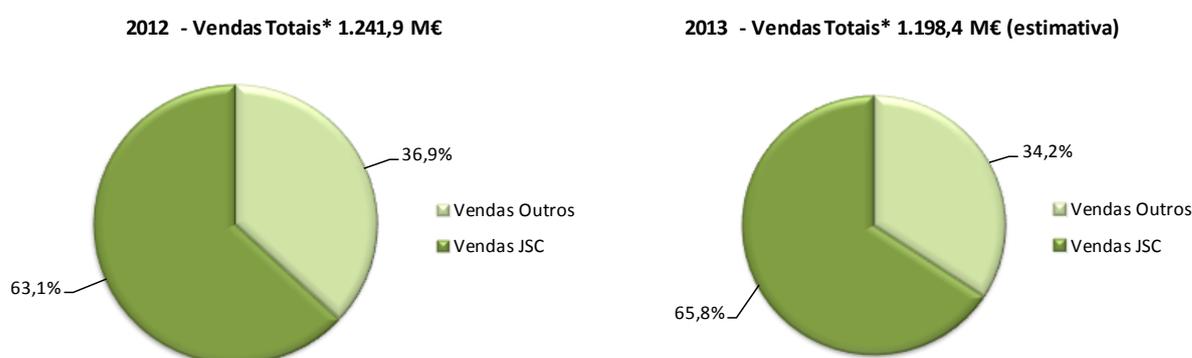
A evolução do rendimento disponível real conjugada com a variação do consumo privado terá determinado uma estabilização da taxa de poupança em 2013, em torno dos 6,2%<sup>1</sup>, após o aumento significativo observado entre 2011 (3,8%) e 2012 (6,3%). Num quadro de recuperação generalizada dos níveis de confiança das famílias, esta evolução reflete, em parte, uma diminuição da propensão à poupança originada por motivos de precaução.

<sup>1</sup> Expressa em percentagem do rendimento disponível.

## 1.2 Impacto da evolução macroeconómica no mercado do jogo em Portugal: 2012-2013

O contexto de rendimentos decrescentes e de reajustamento das despesas das famílias faz com que estas despendam menos recursos no jogo a dinheiro, o que se tem feito refletir no mercado do jogo em Portugal, tendo o mercado legal apresentado uma evolução negativa de cerca de 3,5% em 2013, após uma variação praticamente nula no ano anterior.

Contudo, os JSC têm vindo a melhorar de forma significativa a sua posição relativa no mercado do Jogo, apresentando quotas de mercado crescentes, o que, de acordo com a informação de que os JSC dispõem, é, sobretudo, consequência do seu eficiente desempenho no campo do combate ao jogo ilegal.



\*Vendas líquidas de Prémios; Inclui JSC, Casinos, Bingos e outras salas de Jogo

Fontes: JSC, Estoril Sol, SGPS, Relatório de Gestão 2012; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Com efeito, os JSC, no cumprimento do seu principal objetivo de canalizar a procura para a oferta legal do Estado com vista à proteção da ordem pública, têm vindo a implementar medidas que têm tido como resultado efetivo a conquista de mercado à oferta ilegal.

Com estas medidas, os JSC têm registado, nos últimos anos, sucessivos aumentos de volumes de vendas brutas, tendo atingido um novo máximo de 1.790 milhões de euros em 2013.

Esta evolução, em contraciclo com a trajetória generalizada do mercado do jogo em Portugal, é também bem patente na comparação em termos europeus, quando confrontadas as variações dos volumes de vendas dos JSC com os das suas congéneres dos restantes países.

Entre 2012 e 2013, a variação das vendas brutas dos JSC foi de 3,5%, após um crescimento de 5,3% no período anterior, enquanto a nível europeu<sup>2</sup> se estima para 2013 uma queda de 2,5% que sucede a uma variação positiva de 1,6% em 2012.

### Volume de vendas brutas de jogo na Europa 2012-2013

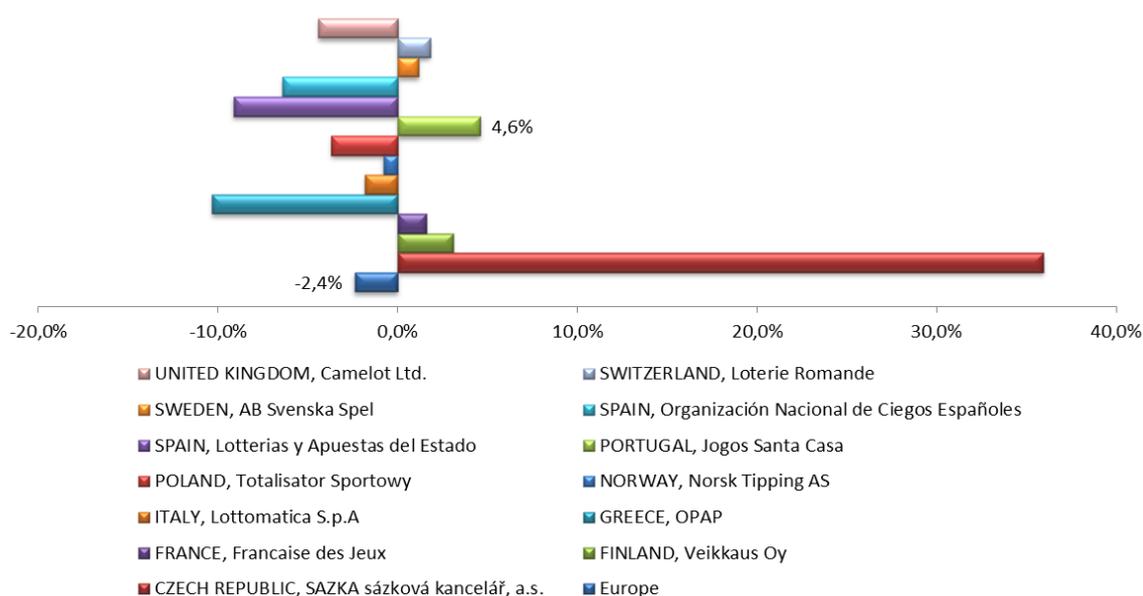
<sup>2</sup> Segundo dados divulgados pela WLA, que incluem as seguintes Lotarias: República Checa, SAZKA sázková kancelář, a.s.; Finlândia (Veikkaus Oy); França (Francaise des Jeux); Grécia (OPAP); Itália (Lottomatica S.p.A); Noruega (Norsk Tipping AS); Polónia (Totalisator Sportowy); Espanha (Lotterias y Apuestas del Estado, Organización Nacional de Ciegos Españoles); Suécia (AB Svenska Spel); Suíça (Loterie Romande); Reino Unido (Camelot Ltd).

	2012 (M€)	Δ 2012/2011	2013 (M€)	Δ 2013/2012
Europa	71.027,4	1,6%	69.232,8	-2,5%
Portugal (JSC)	1.729,1	5,3%	1.790,0	3,5%

Fontes: JSC; WLA, QUARTERLY LOTTERY SALES INDICATOR - Q1-Q3 2013

Aprofundando as diferenças de comportamento entre os JSC e as restantes lotarias europeias, através da comparação das vendas brutas individualizadas, nos primeiros três trimestres de 2012 e de 2013, constata-se uma tendência maioritariamente negativa na Europa, com uma descida total de 2,4%, face a um aumento de 4,6% nos JSC.

### Varição homóloga de vendas na Europa 2012-2013 (janeiro a setembro)

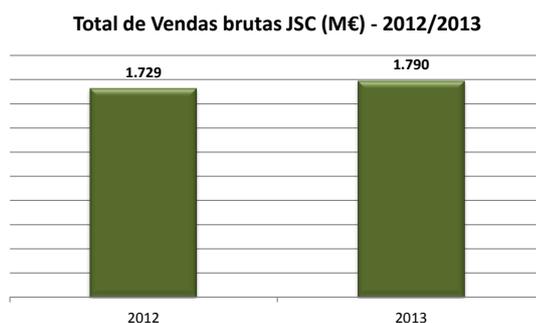


Fonte: WLA, QUARTERLY LOTTERY SALES INDICATOR - Q1-Q3 2013

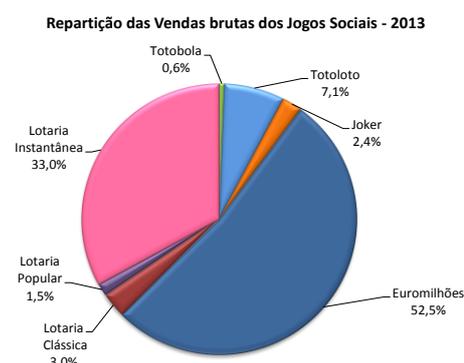
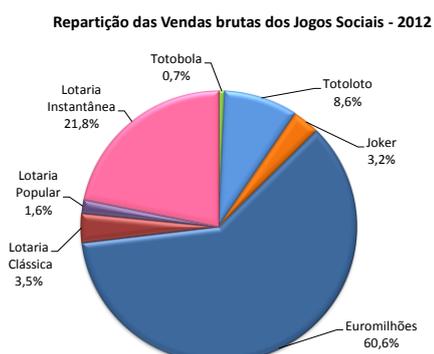
## 2. Análise da exploração dos Jogos Sociais

### 2.1. Números-chave

#### Exploração JSC



O volume de vendas dos JSC atingiu um novo recorde em 2013, com um aumento de 3,5% em relação a 2012.

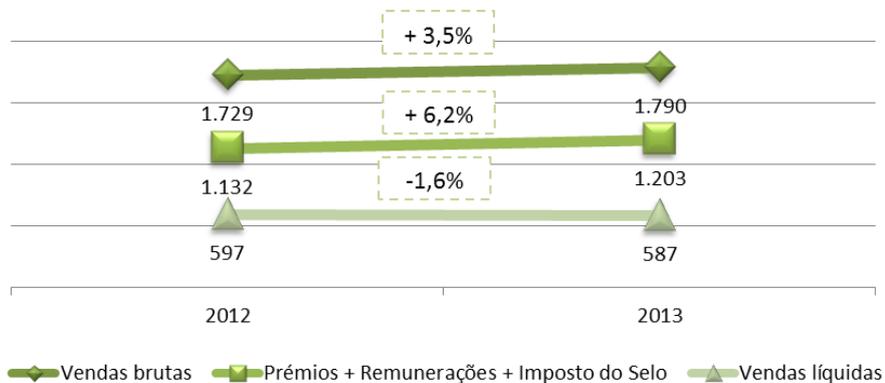


O Euromilhões continuou a ser o jogo mais vendido mas com perda de importância relativa face ao crescimento da Lotaria Instantânea.



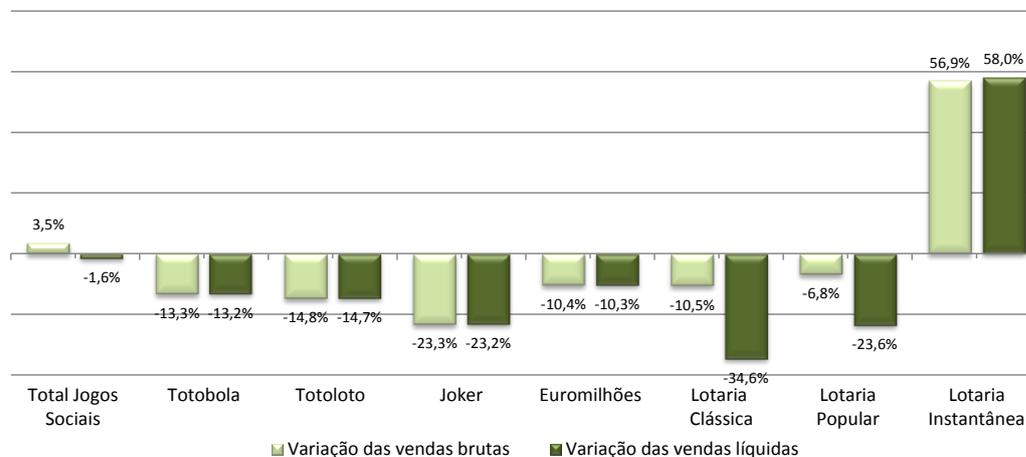
96% das vendas totais são realizadas na rede de mediadores.

O Jogo com maior percentagem de vendas no Portal JSC é o Totoloto (6%).



Vendas líquidas diminuiram 1,6 entre 2012 e 2013, uma vez que as vendas brutas cresceram menos que o conjunto dos prémios, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores e imposto do selo sobre vendas.

**Evolução das vendas brutas vs vendas líquidas por jogo (%) - 2012/2013**



O crescimento de 49,7 milhões de euros nas vendas líquidas da Lotaria Instantânea não foi suficiente para compensar a queda de 59,3 milhões de euros nas vendas líquidas dos restantes jogos.

Os jogos com maior queda de vendas líquidas foram as Lotarias Clássica e Popular, o que se traduziu numa descida de 28,9% para o total da Lotaria Nacional.

Em 2013 o *pay-out* geral dos JSC aumentou para 56,0%, fruto da nova estrutura de vendas com maior peso da Lotaria Instantânea.

O *pay-out* das Apostas Mútuas não teve qualquer alteração.

Na Lotaria Nacional registaram-se variações significativas de +2,1 p.p. na Lotaria Clássica e +3,3 p.p. na Lotaria Popular, bastante penalizantes para os resultados obtidos em cada um destes jogos.

O *pay-out* das vendas no Portal JSC foi de 53,5%.

Rendimentos, Gastos e Resultados (M€) - 2012/2013

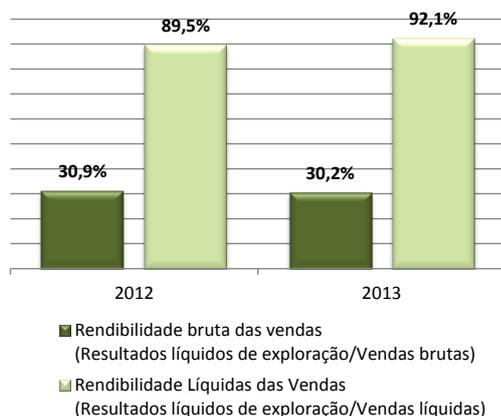


Apesar da diminuição das vendas líquidas em 2013, o total dos rendimentos manteve o nível atingido em 2012.

No total dos gastos registou-se uma descida de 8,0% entre 2012 e 2013.

Em consequência, obteve-se em 2013 um aumento dos resultados líquidos de exploração de 1,2% face ao ano anterior.

Rendibilidade bruta vs Rendibilidade líquida das Vendas - 2012/2013

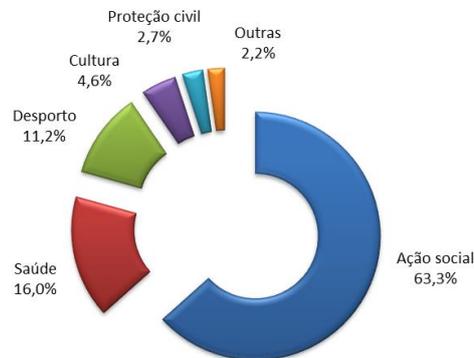


A rendibilidade bruta das vendas diminuiu para 30,2% em 2013.

A rendibilidade líquida das vendas cresceu, face ao aumento de 1,2% nos resultados e à redução de 1,6% na base que constituem as vendas líquidas.

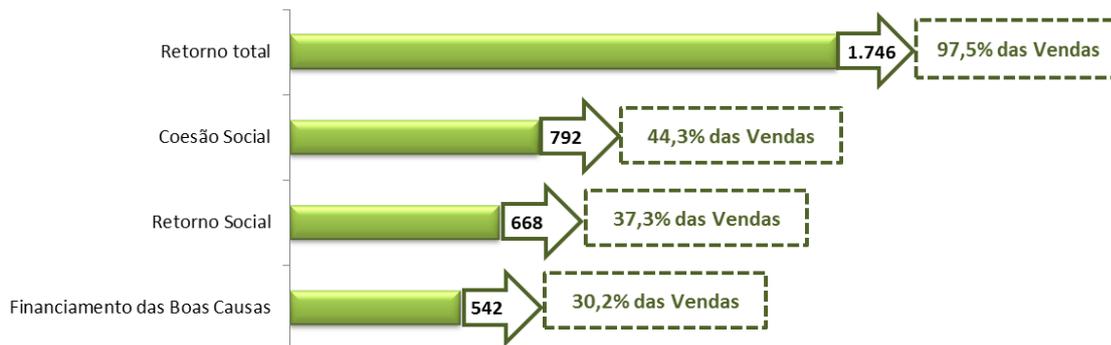
## Retorno para a sociedade

**Distribuição de resultados: 539,2 M€ - 2013**



Os resultados distribuídos em 2013, no montante de 539,2 milhões de euros, destinaram-se ao financiamento das políticas sociais do Estado.

**Dinheiro devolvido à Sociedade (M€) - 2013**



Do valor das vendas de Jogos Sociais 97,5% são devolvidos à sociedade<sup>3</sup>, sob a forma de:

- Prémios;
- Aplicação de resultados na prossecução de fins sociais;
- Patrocínios;
- Impostos indiretos;
- Investimento em jogo responsável e na defesa da legalidade no mercado do jogo a dinheiro;
- Suporte à atividade económica empresarial.

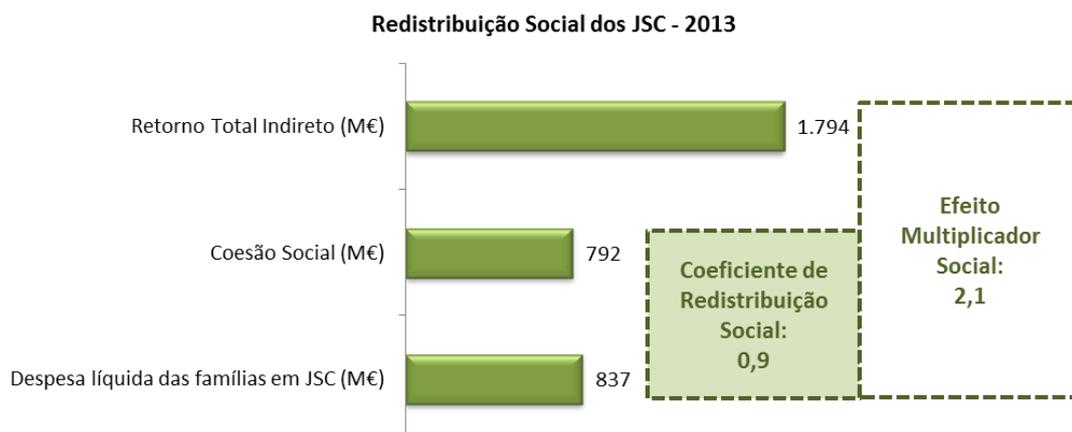
<sup>3</sup>

Financiamento das Boas Causas = Resultados Distribuídos + Patrocínios

Retorno Social = Financiamento das Boas Causas + Imposto do Selo s/ Vendas + Imposto do Selo s/ Prémios

Coesão Social = Retorno Social + Remunerações dos Mediadores pagas pelos Jogadores + Gastos c/ combate ao Jogo Ilegal + Gastos c/ promoção do Jogo Responsável

Retorno Total = Resultados Distribuídos + Patrocínios + Imposto do Selo s/ Vendas + Remunerações dos Mediadores pagas pelos Jogadores + Gastos c/ combate ao Jogo Ilegal + Gastos c/ promoção do Jogo Responsável + Prémios



Por cada euro efetivamente gasto<sup>4</sup> (despesa em JSC deduzida dos prémios líquidos de impostos) pelas famílias nos JSC, 90 cêntimos são investidos em causas sociais.

Por cada euro efetivamente gasto (despesa em JSC deduzida dos prémios líquidos de impostos) pelas famílias nos JSC, são gerados 2,1 euros para a sociedade.

## JSC e Lotarias europeias

Indicadores 2012	Portugal (JSC)	EU (27 países)	EU (44 países)	Ranking Portugal (44 países)
GGR <i>per capita</i> (€)	74	68	44	13
GGR internet/GGR Total	3,8%	5,6%	5,6%	n.d.
Money for Society <i>per capita</i> (€)	58	41	27	7
Money for Society /GGR	77,7%	61,1%	61,4%	5
População/Ponto de venda	2.357	1.323	1.948	n.d.

Fontes: JSC; ELISE, European Lotteries' Report on Lotteries in the EU and in Europe - 2012

GGR: Gross Gambling Revenue (Vendas Brutas - Prémios)

Os JSC situam-se em níveis de *performance* acima da média europeia quanto a vendas *per capita* e retorno à sociedade.

## 2.2. Dados de exploração

A presente análise pretende sintetizar os resultados alcançados na exploração dos Jogos Sociais pelo Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 2013.

### Resultados

4

Despesa Líquida das Famílias em Jogos Santa Casa = Gastos c/ compra de Jogos Santa Casa – (Prémios – Imposto do Selo s/ Prémios)

Coeficiente de Redistribuição Social = Coesão Social / Despesa Líquida das Famílias em Jogos Santa Casa

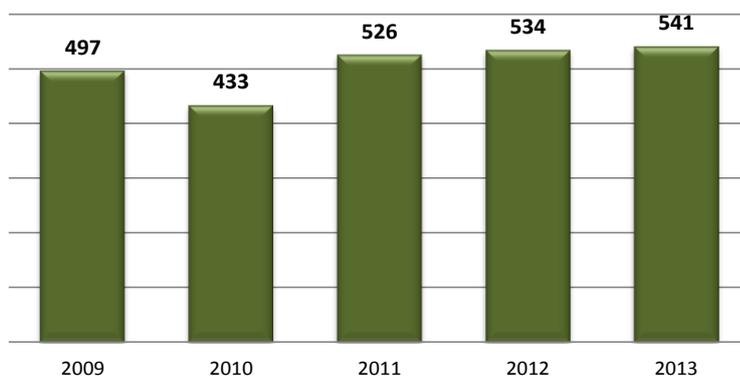
Efeito Multiplicador Social = Retorno Total / Despesa Líquida das Famílias em Jogos Santa Casa

(mil euros)

	2013	2012	Δ Valor	Δ %
Rendimentos operacionais	613.569	612.664	905	0,1%
Gastos operacionais	76.328	83.120	-6.791	-8,2%
EBITDA	540.504	533.040	7.464	1,4%
Resultado operacional	537.240	529.544	7.697	1,5%
Resultado financeiro	3.846	4.914	-1.068	-21,7%
Resultado líquido do período	541.086	534.458	6.629	1,2%
Margem EBITDA	30,2%	30,8%	-0,6 p.p.	
Margem operacional	30,0%	30,6%	-0,6 p.p.	
Margem líquida	30,2%	30,9%	-0,7 p.p.	

As margens incidem sobre as vendas brutas dos Jogos Sociais

### Resultado líquido do período (M€)



Em 2013, o resultado líquido situou-se em 541.086 mil euros, apresentando um crescimento de 6.629 mil euros (+1,6%) relativamente ao ano de 2012.

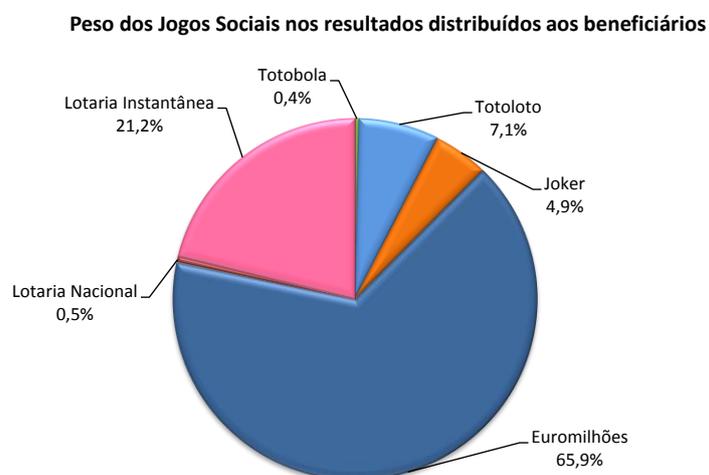
Para este resultado contribuiu essencialmente uma contenção de gastos, tendo-se registado uma redução de 8,0% em relação ao ano anterior. No que respeita aos rendimentos registou-se uma variação praticamente nula, uma vez que, em resultado das tipologias de exploração associadas a cada jogo, as vendas líquidas diminuíram, tendo, no entanto, esta queda sido compensada por outros rendimentos.

Os principais indicadores, por jogo:

(mil euros)

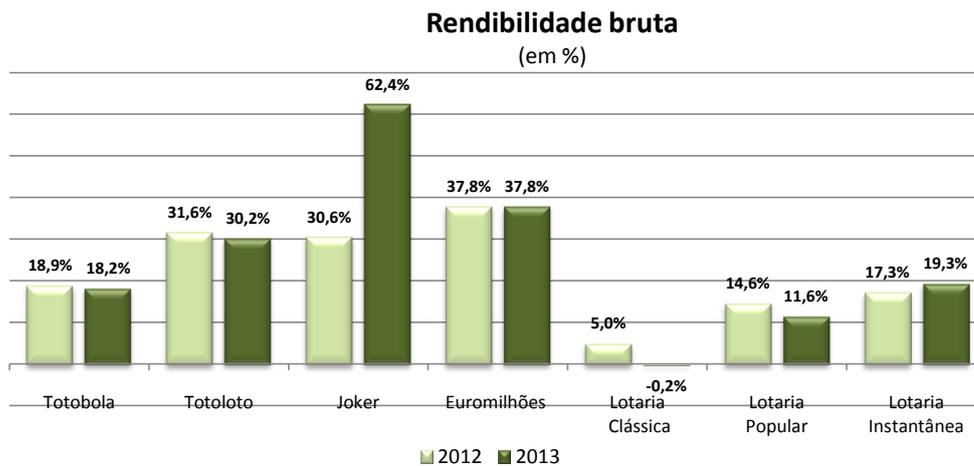
	Totobola	Totoloto	Joker	Euromilhões	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Total
Total dos rendimentos	3.117	44.658	28.511	395.651	8.455	137.253	617.645
Total dos gastos	1.055	4.764	2.162	40.127	5.492	22.959	76.558
Resultado líquido do período	2.062	39.893	26.349	355.524	2.964	114.294	541.086
Fundo renovação do equipamento	154	1.432	0	345	0	0	1.931
Resultado distribuído aos beneficiários	1.908	38.461	26.349	355.180	2.964	114.294	539.155

Analisados os resultados de exploração, conclui-se que o jogo que mais contribuiu para a formação dos resultados obtidos foi o Euromilhões, representando 65,9% do total.



Em contrapartida os jogos com menos peso na formação dos resultados foram o Totobola e a Lotaria Nacional, que representaram, respetivamente, apenas 0,4% e 0,5% do total dos resultados.

A importância relativa de cada um dos Jogos nos resultados obtidos decorre necessariamente da sua *performance* ao nível da exploração o que, por sua vez, se traduz em distintos níveis de rentabilidade, medida pelo peso dos resultados no total das vendas brutas.



Verifica-se através desta análise que o contributo do Euromilhões para os resultados obtidos reside na conjugação da sua elevada rendibilidade com o lugar que este Jogo ocupa em termos de vendas.

De referir que a elevada taxa de rendibilidade do Joker em 2013 foi fortemente influenciada pela ocorrência de um primeiro prémio caducado, o que fez disparar os rendimentos associados a este jogo. Se corrigirmos a rendibilidade do Joker deste efeito, obteremos uma taxa próxima dos 30%.

Em 2013, o pior desempenho em termos de resultados recaiu na Lotaria Nacional, composta pela Lotaria Clássica e Lotaria Popular, tendo a primeira gerado um resultado de exploração negativo de 108 mil euros.

Com efeito, este jogo tem vindo a perder procura, com uma queda média anual de quase 8%, desde 2010 (queda acumulada de vendas de 2010 a 2013: 21,8%), acelerando-se esta tendência entre 2012 e 2013 em que o decréscimo das vendas foi de 10,5%.

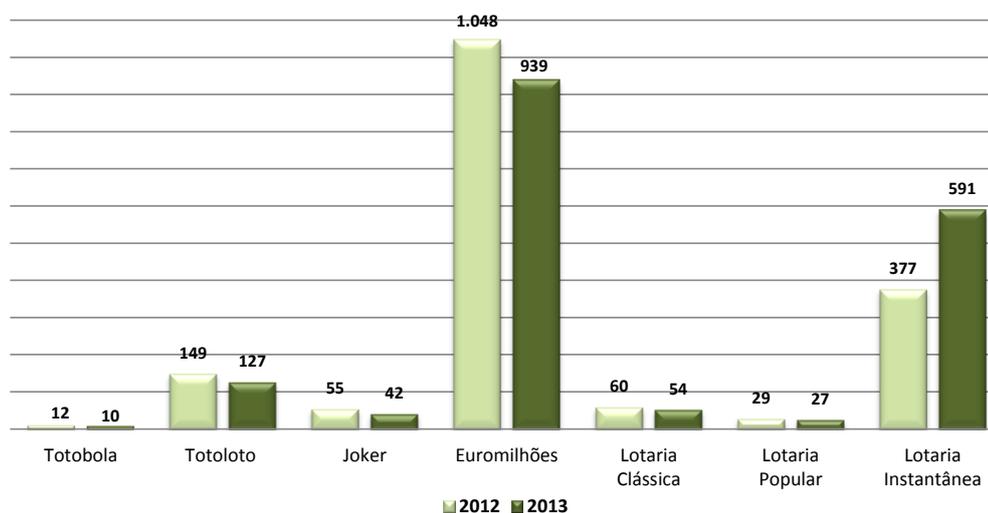
Sublinhe-se, ainda, o nível de rendibilidade da Lotaria Instantânea (19,3%) que, pela natureza de exploração, se situa bastante abaixo da rendibilidade do conjunto dos JSC, condicionando o retorno global gerado pelas vendas brutas.

## Rendimentos

	(mil euros)			
	2013	2012	Δ Valor	Δ %
<b>Vendas brutas dos Jogos Sociais (1)</b>	<b>1.790.034</b>	<b>1.729.121</b>	<b>60.912</b>	<b>3,5%</b>
Totobola	10.466	12.068	-1.602	-13,3%
Totoloto	127.354	149.426	-22.072	-14,8%
Joker	42.252	55.064	-12.812	-23,3%
Euromilhões	939.051	1.047.599	-108.548	-10,4%
Lotaria Clássica	53.628	59.938	-6.309	-10,5%
Lotaria Popular	26.565	28.511	-1.946	-6,8%
Lotaria Instantânea	590.717	376.516	214.201	56,9%
<b>Deduções (2)</b>	<b>1.202.761</b>	<b>1.132.273</b>	<b>70.488</b>	<b>6,2%</b>
Prémios	1.001.680	945.742	55.938	5,9%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	123.998	112.071	11.927	10,6%
Imposto do Selo s/ jogo	77.083	74.460	2.623	3,5%
<b>Vendas líquidas (1) - (2)</b>	<b>587.273</b>	<b>596.848</b>	<b>-9.576</b>	<b>-1,6%</b>
Prémios caducados	24.321	13.951	10.370	74,3%
Reg. amort. <i>online</i>	1.442	1.132	311	27,5%
Juros, dividendos e out. rend. similares	4.076	4.997	-921	-18,4%
Restantes rendimentos	532	733	-200	-27,4%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>617.645</b>	<b>617.661</b>	<b>-16</b>	<b>0,0%</b>

## Vendas dos Jogos Sociais

Vendas brutas dos Jogos Sociais (M€)



O ano de 2013 fica marcado pela obtenção do maior volume de vendas brutas até aqui conseguido pelos Jogos Santa Casa.

O montante global de 1.790 milhões de euros representou um crescimento de 3,5% face ao ano anterior e a superação do que tinha sido orçamentado em 2,0%.

Numa conjuntura económica de extrema adversidade, com a conseqüente contração do mercado do Jogo a dinheiro face à diminuição do rendimento disponível, este nível de desempenho explica-se pela implementação bem sucedida de medidas de combate ao jogo ilegal, com as quais se tem atingido o objetivo de direcionar as despesas das famílias em jogo para a oferta legal do Estado.

Ao analisar a evolução por jogo, facilmente se percebe que a Lotaria Instantânea tem desempenhado um papel fundamental neste propósito de captação de procura, tendo sido o único Jogo do portefólio JSC a registar uma evolução positiva e bastante acentuada em 2013. Neste ano, a Lotaria Instantânea cresceu 56,9% face ao ano anterior, após ter registado um excecional aumento de 81,7% em 2012 face a 2011.

A Lotaria Instantânea possui, de facto, características específicas que contribuem para o seu sucesso junto de um determinado perfil de procura, potencialmente atraído pela atual oferta no domínio do ilegal. Entre as medidas de reforço destas características encontra-se a composição da oferta que compõe o conjunto de jogos de Lotaria Instantânea, em que o peso dos jogos com um preço por bilhete mais baixo é mais significativo, a par do que se considera acontecer na oferta ilegal, em que o valor por aposta é relativamente baixo.

Preço do bilhete	Número de jogos	Peso no total de bilhetes	Peso no volume de vendas
1,00 €	13	67%	43%
2,00 €	8	21%	27%
3,00 €	2	7%	13%
4,00 €	2	1%	2%
5,00 €	1	5%	15%

Estes dados referem-se apenas à Lotaria Instantânea física

Por sua vez, os jogos da família “Pé-de-Meia” têm dado um importante contributo para o sucesso generalizado deste produto, representando em 2013 cerca de 39% das vendas de Lotaria Instantânea, enquanto a sua representatividade em 2012 foi de 24%. Este segmento ofereceu em 2013 três jogos (Super Pé-de-Meia: 5€, Pé-de-Meia: 3€ e Mini Pé-de-Meia: 1€) com uma proposta de valor diferenciada e com uma tipologia de prémios que vai ao encontro do perfil de procura de jogo a dinheiro no atual contexto de rendimentos decrescentes (o jogo Mini Pé-de-Meia, lançado em fevereiro de 2013, foi o jogo de entre a oferta da Lotaria Instantânea que mais bilhetes vendeu durante o passado ano).

Em complemento o jogo Super Pé-de-Meia e outros jogos fora deste segmento mas de preço igualmente mais elevado, conferem à Lotaria Instantânea uma oferta diversificada, capaz de dar resposta a um leque alargado de diferentes perfis de procura.

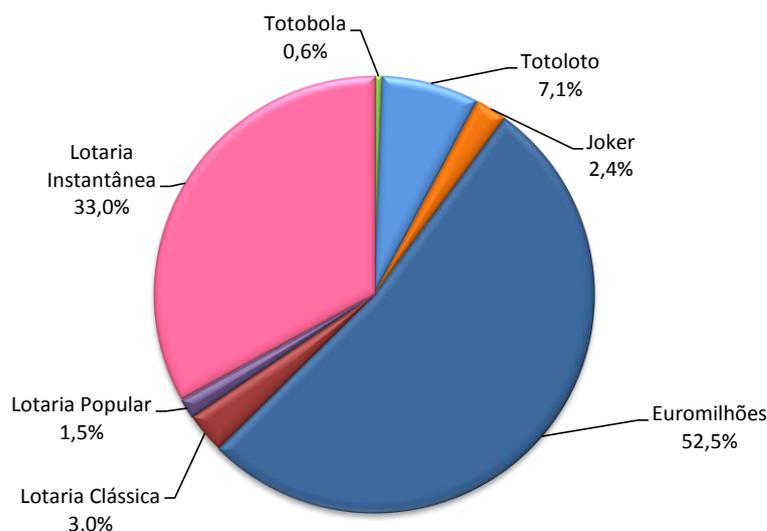
De referir ainda que a oferta de jogos da Lotaria Instantânea é igualmente aquela que tem demonstrado ter capacidade para atrair uma procura composta por mais mulheres e apostadores mais jovens, comparativamente ao perfil mais comum de jogadores dos restantes jogos legais.

Para além do crescimento decorrente da captação de procura dirigida ao jogo ilegal, a Lotaria Instantânea cresce também pelo efeito de “canibalização” sobre outros jogos do portefólio dos JSC, nomeadamente aqueles que têm registado um mais acentuado decréscimo de vendas, ou seja, o Totobola e o Totoloto.

Nos restantes jogos destaca-se, pelo seu significado em volume, a queda do Euromilhões na ordem 109 milhões de euros (-10,4% face a 2012) e, pela sua importância relativa, a queda de 23% nas receitas brutas do Joker.

Perante esta evolução, a estrutura de vendas dos JSC tem vindo a alterar-se, com ganhos evidentes de peso da Lotaria Instantânea, que no final de 2013 representava 33,0% do total de vendas, quando em 2012 representava apenas 21,8%.

#### Repartição das Vendas brutas dos Jogos Sociais



O Euromilhões mantém, no entanto, a sua preponderância, mas representa agora 52,5% do volume global de vendas dos JSC, face aos 60,6% que representava em 2012.

Em grande medida, é esta evolução de composição do portefólio que está na base dos resultados atingidos ao nível das vendas líquidas que, apesar do crescimento em termos brutos, obtiveram uma variação negativa de 1,6% de 2012 para 2013.

A justificação desta circunstância reside na tipologia de exploração de cada um dos Jogos, em que os encargos com remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores e os montantes de prémios associados à Lotaria Instantânea são bastante mais elevados do que os associados à generalidade dos restantes Jogos, nomeadamente os do Euromilhões. Atente-se que, em média, o montante destinado a prémios dos JSC em 2013 foi de 56,0% das vendas brutas, no caso do Euromilhões este montante foi de 50% e, relativamente à Lotaria Instantânea, este montante situou-se nos 62,9%.

Neste âmbito, e apesar do seu peso pouco significativo em termos de estrutura de vendas, há que destacar, a variação acentuadamente negativa das vendas líquidas da Lotaria Nacional de 28,9% face a 2012, para a qual contribuiu, sobretudo, a diminuição de 34,6% da Lotaria Clássica (-23,6% no caso da Lotaria Popular).

Com efeito, na Lotaria Clássica, Jogo em que se registou a maior queda de vendas líquidas de 2013, deu-se a particularidade de simultaneamente se ter registado uma reduzidíssima taxa de colocação<sup>5</sup> de 19,3% e um *pay-out*<sup>6</sup> bastante elevado, originando um resultado negativo de exploração de 108 mil euros.

#### **Prémios caducados**

O valor dos prémios caducados depende da quantidade e valor dos prémios atribuídos em cada concurso e da sua não reclamação pelos apostadores.

O ano de 2013 foi singular no que respeita a estes rendimentos, devido, exclusivamente, à ocorrência de um prémio caducado do Joker no montante de 13.691 mil euros, o que equivaliu, praticamente, à totalidade dos prémios caducados registados no ano transato.

De facto, nos restantes jogos a tendência global foi de redução dos valores que ficaram por reclamar, sendo que, se fosse excluído o Joker, os prémios caducados teriam diminuído 23,0% face ao registado em 2012.

Esta rúbrica teve, assim, um contributo fundamental para a obtenção de um nível de rendimentos inalterado em relação ao do ano anterior.

#### **Regularizações das amortizações do sistema *online***

O registo nesta rúbrica destina-se a evitar uma dupla penalização nos resultados a distribuir. O valor das depreciações e amortizações dos investimentos referentes à renovação do equipamento é aqui traduzido como um rendimento, uma vez que este valor já foi deduzido ao montante de resultados a distribuir aquando da constituição do Fundo de renovação do equipamento.

Nesta medida, o valor inscrito nesta rúbrica veio complementar o rendimento obtido nos prémios caducados, como compensação da performance negativa das vendas líquidas.

---

<sup>5</sup> Taxa de colocação = Vendas Brutas/Capital Emitido

<sup>6</sup> *Pay-out* = Prémios/Vendas Brutas

### Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Esta rubrica registou uma queda de quase 1 milhão de euros, ou seja -18,4% em relação ao ano anterior. O decréscimo verificado ficou a dever-se ao abaixamento das taxas de juro, nomeadamente, as que remuneram os fundos de liquidez obrigatórios na gestão do Euromilhões, que têm apresentado uma rentabilidade próxima dos 0% ou mesmo negativa.

### Gastos

	(mil euros)			
	2013	2012	Δ Valor	Δ %
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	8.240	7.394	846	11,4%
Fornecimentos e serviços externos	37.744	46.299	-8.555	-18,5%
Gastos com pessoal	15.248	13.000	2.248	17,3%
Gastos de depreciação e amortização	3.263	3.496	-233	-6,7%
Perdas por imparidade	70	318	-248	-78,0%
Perdas por redução de justo valor	6	-	6	-
Provisões do período	10.406	11.279	-874	-7,7%
Outros gastos e perdas	1.351	1.333	18	1,3%
Gastos e perdas de financiamento	230	83	147	176,6%
<b>Total dos gastos</b>	<b>76.558</b>	<b>83.203</b>	<b>-6.645</b>	<b>-8,0%</b>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O acréscimo face a 2012 do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas deveu-se, essencialmente, ao aumento nos consumíveis intrínseco ao aumento das vendas brutas da Lotaria Instantânea. O aumento global desta componente de gastos foi de 11,4% (mais 846,3 mil euros que em 2012), enquanto a subida dos gastos com bilhetes da Lotaria Instantânea foi de 28,8% (mais 1.225,1 mil euros que em 2012).

Com efeito, a par do que aconteceu ao nível das vendas, também os consumíveis associadas à Lotaria Instantânea viram um significativo incremento da sua importância na globalidade dos gastos desta natureza, passando a representar 66,6% do total em 2013, quando, em 2012, representavam 57,6%.

Destaque-se igualmente o papel térmico, que a seguir aos bilhetes de Lotaria Instantânea, tem também um peso significativo, mas que em 2013, desceu para 22,1% do total (28,6% em 2012), com uma queda de 13,9% no seu consumo. Esta descida resulta, quer da redução de impressões associada à diminuição das transações de venda, quer do esforço logístico que foi implementado ao longo do ano, obtendo-se um melhor controlo dos *stocks* nas mediações e uma redução de desperdícios.

## Fornecimentos e serviços externos

	(mil euros)			
	2013	2012	Δ Valor	Δ %
Trabalhos especializados	4.078	5.105	-1.027	-20,1%
Publicidade e propaganda	13.361	13.698	-337	-2,5%
Patrocínios	2.840	1.766	1.075	60,9%
Outras comissões	1.597	4.271	-2.674	-62,6%
Conservação e reparação	6.291	6.062	229	3,8%
Transporte de bens e valores	1.977	2.266	-289	-12,7%
Rendas e alugueres	1.186	1.126	60	5,4%
Comunicação	3.391	8.258	-4.867	-58,9%
Restantes fornecimentos e serviços	3.022	3.747	-725	-19,4%
<b>Total dos fornecimentos e serv. externos</b>	<b>37.744</b>	<b>46.299</b>	<b>-8.555</b>	<b>-18,5%</b>

### Trabalhos especializados

Em 2013 conseguiu-se uma poupança de 21,1% nesta rubrica face a 2012.

Esta redução de gastos em trabalhos especializados, que assentou, sobretudo, numa diminuição dos gastos com trabalhos especializados de informática, é essencialmente justificada com o adiamento da implementação de projetos previstos para 2013, em que parte substancial da execução transitou para 2014.

### Publicidade e propaganda

	(mil euros)			
	2013	2012	Δ Valor	Δ %
Totobola	468	514	-46	-9,0%
Totoloto	1.509	1.141	367	32,2%
Joker	266	502	-236	-47,0%
Euromilhões	6.736	6.546	190	2,9%
Lotaria Nacional	3.240	2.195	1.045	47,6%
Lotaria Instantânea	1.143	2.800	-1.657	-59,2%
<b>Total da publicidade e propaganda</b>	<b>13.361</b>	<b>13.698</b>	<b>-337</b>	<b>-2,5%</b>

Os gastos com publicidade e propaganda em 2013, em termos globais, registaram uma descida de 2,5%, em linha com o que já vinha a acontecer em períodos anteriores.

Esta redução prende-se com a maior eficácia na gestão estratégica da promoção da imagem dos JSC. Optou-se por uma aposta cada vez maior nas parcerias e na vinculação a eventos no plano das “Boas Causas”, ao invés da canalização de recursos para os canais tradicionais de publicidade.

No que respeita à escolha de meios, a redução dos gastos foi fruto do esforço implementado na otimização do *mix* que melhor dá resposta às necessidades de comunicação do DJ e que vai ao encontro das tendências reveladas do consumo de *media* no novo contexto da comunicação.

Direcionaram-se assim os investimentos em publicidade para os meios pelos quais a preferência de consumo tem vindo a aumentar, como a TV, os canais *online* e *outdoor*, em detrimento dos meios nos quais se evidencia um consumo decrescente, designadamente, a imprensa escrita.

Por outro lado, obtiveram-se poupanças significativas decorrentes da negociação que foi levada a efeito pelo DJ com os vários meios, de onde resultou uma efetiva redução dos valores gastos em campanhas promocionais.

Não obstante esta descida global, quando analisado produto a produto, as variações foram significativas, com destaque para a variação acentuada de gastos relacionados com a promoção da Lotaria Nacional, cujo aumento face a 2012 ultrapassou 1 milhão de euros, ou seja, mais 47,6%. Este aumento está diretamente relacionado, com a organização e realização da Feira do Natal, que integrou a campanha de Natal da Lotaria Clássica.

As outras variações positivas face a 2012 verificaram-se nos gastos relacionados com a promoção do Totoloto (+32,2%; +367 mil euros) e do Euromilhões (+2,9%; +190 mil euros), o que, em ambos os casos, esteve diretamente relacionado com a quantidade de jackpots ocorridos ao longo de 2013.

Com a maior variação de valor, surgem os gastos com publicidade da Lotaria Instantânea. Estes diminuíram 1.657 mil euros, o que representou menos 59,2% relativamente a 2012.

O Totobola e o Joker, apresentaram, de igual forma, decréscimos das despesas em publicidade, tendo estes gastos diminuído, face a 2012, 9% e 40%, respetivamente.

### Patrocínios

Em consonância com a estratégia seguida na promoção dos JSC e em oposição à evolução verificada nos gastos em publicidade e propaganda, o aumento nesta rubrica foi bastante significativo, tendo-se atribuído mais 1 milhão em patrocínios do que o que tinha sido atribuído no ano anterior, ou seja, verificou-se um aumento de 60,9%.

Na sequência desta trajetória seguida na estratégia promocional dos JSC, o valor atribuído em patrocínios pelo DJ em 2013 passou a equivaler a 21,3% do montante gasto em publicidade, quando em 2012 o valor dos patrocínios equivaleu a apenas 12,9% daquele montante.

O DJ apostou em 2013 no reforço do posicionamento dos JSC assente na associação da sua imagem a causas estreitamente ligadas à exploração dos Jogos Sociais do Estado. O mérito, o esforço, a dedicação, a superação de limitações, foram os valores principalmente distinguidos neste ano, o que se traduziu, na maior parte dos casos, no apoio direto à realização de eventos no campo do desporto, como demonstra o elenco de eventos apresentado pela Área da Gestão de Comunicação e Canais.

### Outras comissões

O decréscimo significativo face ao ano anterior (-62,6%), deve-se à alteração do Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado, presente na Portaria n.º 112/2013, que permitiu a eliminação da remuneração paga aos mediadores no valor correspondente a 2% sobre os montantes dos prémios da Lotaria Instantânea, obrigatoriamente pagos por estes. Esta alteração entrou em vigor no dia 22 de março de 2013, tendo deixado de existir este custo a partir dessa data.

A poupança, relativamente ao ano anterior foi significativa, tendo-se situado na ordem dos 2,7 milhões de euros.

### Comunicação

A diminuição de 4,8 milhões de euros, que significou uma redução de mais de metade do valor gasto em 2012 com comunicações ficou a dever-se, sobretudo, à alteração da tipologia de contrato de suporte à rede comercial de mediadores, tendo-se passado de uma Linha X25 para IP.

### **Gastos com o Pessoal**

	(mil euros)			
	2013	2012	Δ Valor	Δ %
Remunerações	12.250	11.107	1.143	10,3%
Fundo de Pensões	29	-554	583	105,2%
Encargos sobre remunerações	2.580	2.143	437	20,4%
Restantes gastos com pessoal	389	303	86	28,4%
<b>Total dos gastos com o pessoal</b>	<b>15.248</b>	<b>13.000</b>	<b>2.248</b>	<b>17,3%</b>

O significativo acréscimo de gastos com pessoal de 17,3% (+2,2 milhões de euros) em relação a 2012 ficou a dever-se essencialmente ao seguinte:

- Reorganização do DJ que reintegrou competências que, até aqui, se incluíam no apoio prestado pelos serviços instrumentais da SCML, nos domínios da gestão financeira, gestão de recursos humanos e gestão de aprovisionamentos;
- Reforço do número de colaboradores para suporte à implementação de projetos estruturantes e ao alargamento da atividade do DJ, com particular destaque para o aumento do número de turnos afectos à logística, para garantir um correcto abastecimento dos mediadores;
- Atualização do Fundo de pensões decorrente do estudo atuarial desenvolvido para cálculo das responsabilidades e dotações necessárias à cobertura dos encargos com referência a 2013.

### **Provisões do período**

A componente com maior peso no total das provisões é aquela que é constituída para fazer face a pagamentos de prémios do Euromilhões que, dado não ter atingido ainda o seu limite legal (150.000 mil euros), continuou a ser constituída pela aplicação de 1% às vendas brutas deste jogo.

O decréscimo do valor das vendas brutas do Euromilhões terá, assim, justificado a diminuição de 874 mil euros (-7,7%) registada nesta rúbrica em relação ao ano anterior.

## Investimentos

	(mil euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>2.021</b>	<b>358</b>
- Equipamento básico	48	20
- Mobiliário	33	25
- Equipamento informático	1.766	2
- Sinalética	106	240
- Restantes ativos fixos tangíveis	68	71
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>1.158</b>	<b>234</b>
- Software	1.158	234
<b>Investimentos em curso</b>	<b>221</b>	<b>246</b>
- Ativos fixos tangíveis	221	246
<b>TOTAL</b>	<b>3.400</b>	<b>838</b>

## Análise financeira e patrimonial

Apresenta-se uma síntese comparativa da situação financeira e patrimonial do DJ:

	(mil euros)		
<b>Balço</b>	<b>31 dez 2013</b>	<b>31 dez 2012</b>	<b>Δ %</b>
Ativo não corrente	122 622	113 386	8,1%
Ativo corrente	216.829	185.164	17,1%
<b>Total do ativo</b>	<b>339.451</b>	<b>298.550</b>	<b>13,7%</b>
Capital próprio	47.604	47.094	1,1%
Passivo não corrente	84.063	69.491	21,0%
Passivo corrente	207 785	181 965	14,2%
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>339.451</b>	<b>298.550</b>	<b>13,7%</b>

### Ativo

O ativo não corrente registou um aumento de 8,1%, relativamente ao ano anterior. Este aumento decorreu, no essencial, do acréscimo dos outros ativos financeiros no que respeitou à constituição/reforço do fundo para reclamações e pagamentos de prémios do Euromilhões, que continuará em incremento até atingir o seu limite legal (150.000 mil euros).

Relativamente ao ativo corrente verificou-se um aumento de 17,1%, face a 2012, que resultou do seguinte:

- Aumento verificado nas rubricas de inventários em que a variação face a 2012 foi de 1.288 mil euros), causada, sobretudo pelo aumento de *stocks* de bilhetes de Lotaria Instantânea (+998 mil euros) e de papel térmico (+452 mil euros);
- Aumento nas obrigações dos mediadores para com o DJ (+4.565 mil euros);
- Aumento nas Outras contas a receber (+9.760 mil euros), explicado, essencialmente, pelo reconhecimento em 2013, das vendas do último concurso do Euromilhões (realizado no dia 31 de dezembro de 2013);
- Aumento nas disponibilidades (+14.361 mil euros), em essencial, resultantes do facto de, excecionalmente, existir no final de 2012 um valor bastante significativo de ordens de pagamento de prémios.

### Capital próprio

O capital teve um incremento de 1,1%, face ao ano anterior, justificado, sobretudo, pela utilização do Fundo *online* para financiamento do Projeto Renovar o sistema *online*

### Passivo

O passivo não corrente apresentou em 2013 um acréscimo de 21,0%, relativamente ao ano anterior, justificado por:

- Um acréscimo de 17,4%, nas provisões para pagamentos de prémios do Euromilhões que, conforme já referido, ainda não atingiu o seu limite legal (150.000 mil euros);
- Mais 30,6% nos prémios a pagar, em virtude:
  - Do aumento do Fundo que garante o valor mínimo de 1.000 mil euros para o primeiro prémio do Totoloto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios, denominada «Número da Sorte»;
  - Do acréscimo do valor dos prémios a pagar dos jogos da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*.

Em relação ao passivo corrente, registou-se um aumento de 14,1%, face a 2012. Este crescimento resultou de:

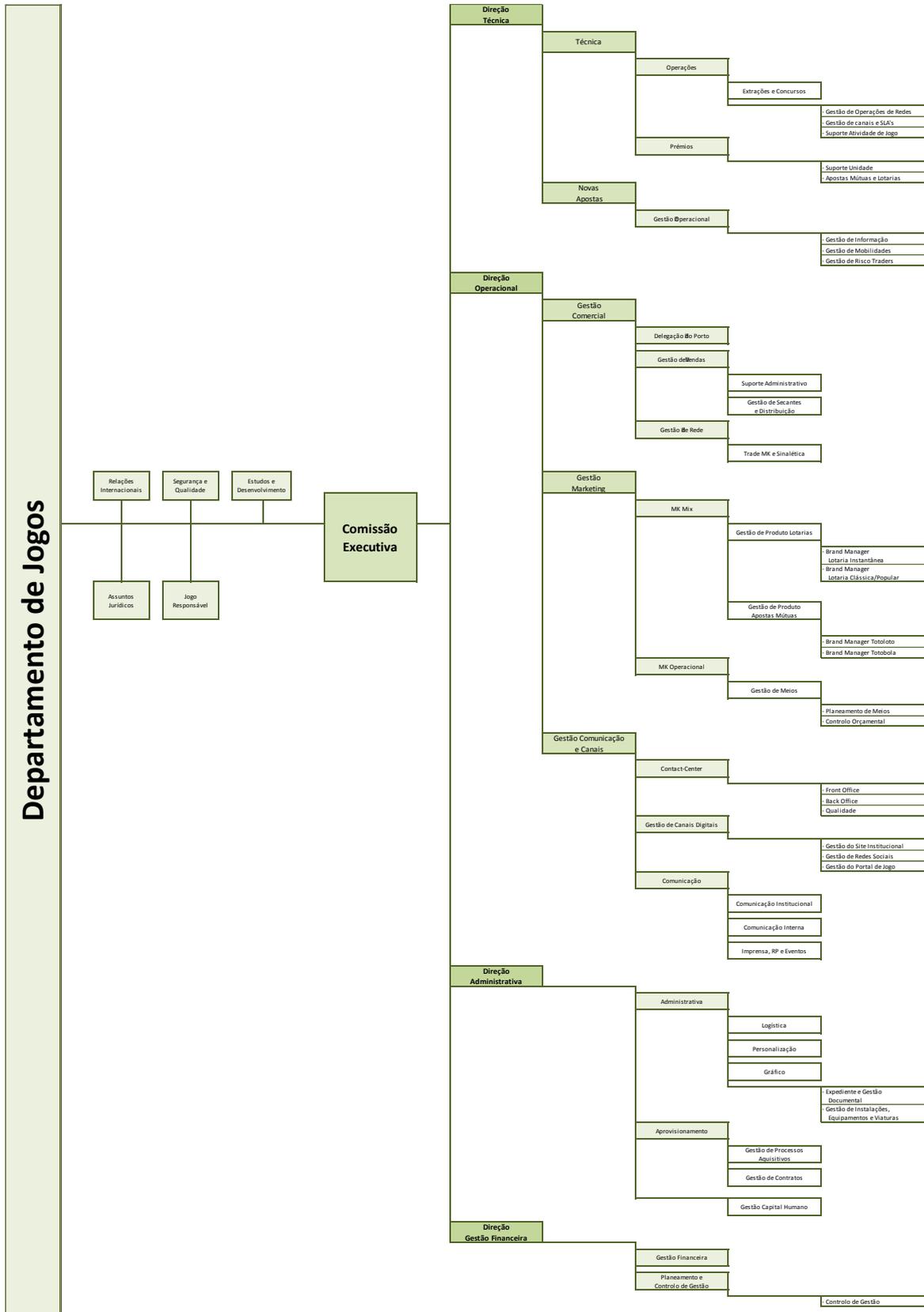
- Um aumento de 2.793 mil euros nas contas dos fornecedores, aspeto que terá que ser reduzido em 2014;
- Um aumento de 5.076 mil euros nas contas do Estado e outros entes públicos justificado, essencialmente, pela retenção na fonte do Imposto do Selo sobre prémios que foi criado em 2013 (este imposto incide apenas sobre o valor que excede os 5.000 euros);
- Um aumento de 15.994 mil euros nos prémios a pagar, justificado por:

- A acumulação (30 jackpots) do montante a pagar referente ao primeiro prémio do Totoloto, que em 31 de dezembro atingiu o valor de 10.711 mil euros;
- O crescimento do valor dos prémios a pagar dos jogos da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*.

De seguida apresenta-se os principais rácios financeiros:

	31 dez 2013	31 dez 2012
<b>ESTRUTURA FINANCEIRA</b>		
<b>Autonomia financeira</b> (Capital próprio/Ativo total)	0,14	0,16
<b>Solvabilidade total</b> (Ativo total/Passivo total)	1,16	1,19
<b>Estrutura do endividamento</b> (Passivo corrente/Passivo total)	0,71	0,72
<b>LIQUIDEZ</b>		
<b>Liquidez geral</b> (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,04	1,02

### 3. Organização DJ



## 4. Projetos e ações desenvolvidas

Pela sua transversalidade ou caráter estruturante para o DJ destacam-se algumas ações e projetos que marcaram de forma mais significativa a atividade desenvolvida ao longo de 2013.

No que respeita aos aspetos mais marcantes para a gestão do negócio, destacam-se:

- A entrada em vigor da legislação que permitiu a disponibilização e venda de Lotaria Instantânea no Portal JSC, bem como a eliminação da remuneração de 2% sobre os prémios pagos de Lotaria Instantânea;
- A continuação da preparação para a exploração de novas apostas desportivas;
- O arranque da execução do Projeto Renovar o sistema *online*, que envolveu todas as áreas funcionais do DJ e tem como objetivo melhorar a eficiência da rede comercial através da entrada em funcionamento de novos terminais de jogo, com novas funcionalidades e melhorias significativas ao nível de *interface*, que vêm assegurar a modernização tecnológica dos pontos de venda;
- O arranque do Projeto Implementar uma ferramenta de CRM que tem por objectivo a substituição da plataforma tecnológica do Contact Center com vista à otimização dos contactos e do relacionamento generalizado do DJ com o exterior;
- O início do desenvolvimento do Projeto Modelo único de pagamento de prémios, com o objetivo de promover a uniformização dos procedimentos de pagamento de prémios em cada patamar de todos os Jogos, permitindo, em simultâneo, maior segurança, rapidez e comodidade para o Apostador e a simplificação administrativa de todo o processo;
- O início do desenvolvimento de um modelo de cobrança única aos mediadores, simplificando o processo de cobrança semanal e a prestação de contas, através da criação de uma plataforma de faturação para todos os Jogos, que integre toda a informação relativa a fluxos financeiros entre os mediadores e o DJ;
- A entrada em vigor do novo modelo de seleção de mediadores, cujos critérios e regras passaram a ter por base a circunscrição dos potenciais candidatos a zonas de interesse comercial, adoptando-se o princípio concursal;
- A definição de um modelo de controlo de rendibilidade dos mediadores;
- A organização da Feira de Natal, integrada na campanha promocional da Lotaria do Natal;
- A promoção da imagem institucional e dos produtos JSC através do patrocínio e presença ativa em vários eventos de grande visibilidade, como foram:

- Final da Taça de Portugal;
- Jogo Portugal – Rússia de apuramento para a fase final do Mundial de 2014 (FPF – Federação Portuguesa de Futebol);
- Circuito Mundial de Surf;
- 1.ª Mini Maratona da UNICEF;
- Jogo Benfica – Sporting da Taça de Portugal;
- Jogo Portugal – Suécia de apuramento para a fase final do Mundial de 2014, com a produção da “Maior Bandeira Nacional” em estádio e com o arranque da campanha “Apostamos em Ti para apoiar Portugal”.

No que respeita ao seu impacto para a organização, salientam-se os seguintes aspetos:

- A consolidação, nos primeiros meses de 2013, da nova estrutura orgânica resultante da reestruturação implementada no início do ano;
- A reintegração de serviços financeiros, administrativos e de gestão de aprovisionamentos com vista à introdução de melhorias aos níveis da análise financeira, do apoio administrativo, da gestão do capital humano e agilização de processos aquisitivos, através de um suporte exclusivamente vocacionado para a exploração dos JSC;
- A renovação da certificação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) do DJ, após realização de auditoria pela BSI;
- A realização de uma auditoria interna à comunicação, por forma a identificar melhorias a introduzir no fluxo interno de informação;
- A revisão e atualização dos processos e procedimentos das várias áreas orgânicas do DJ;
- A revisão do plano de classificação documental, no âmbito da atualização do Regulamento Arquivístico da SCML;
- A preparação da mudança de instalações do DJ, com o levantamento, por cada Área, dos requisitos funcionais do novo espaço.

Pela notoriedade que conferem aos JSC, salientam-se ainda os seguintes factos:

- A distinção do Contact Center dos Jogos Santa Casa com a primeira posição na categoria “Outros Serviços”, na edição de 2013 dos APCC Best Awards, organizada pela Associação Portuguesa de Contact Centers, que premeia as organizações que mais se destacam nos seus centros de relacionamento com os clientes;
- Eleição do Administrador Executivo do DJ para a Comissão Executiva da EL e para membro da Junta Diretiva da CIBELAE.

# Parte II

Demonstrações Financeiras



## Balanço em 31 de dezembro

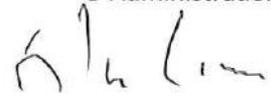
		(euros)	
	Notas	2013	2012
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	4.286.960	4.808.727
Ativos intangíveis	7	1.572.423	914.396
Participações financeiras - outros métodos	8	94.600	19.600
Mediadores	11	156.250	1.712.254
Responsabilidades por benefícios pos-emprego	19	187.529	216.170
Outros ativos financeiros	9	116.324.015	105.714.718
		<b>122.621.777</b>	<b>113.385.865</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	10	5.145.277	3.856.979
Mediadores	11	45.871.190	41.306.365
Adiantamentos a fornecedores		709.004	249.115
Estado e outros entes públicos	12	415	2.995
Outras contas a receber	13, 33	33.880.344	24.091.466
Diferimentos	14	2.607.928	1.402.737
Outros ativos financeiros	4	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	128.615.219	114.254.302
		<b>216.829.376</b>	<b>185.163.959</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>339.451.153</b>	<b>298.549.825</b>
<b>Capital próprio</b>			
Fundo social	15	181.277	181.277
Resultados transitados	16	5.219.351	5.219.351
Outras variações no capital próprio	17	42.203.090	41.693.426
		<b>47.603.718</b>	<b>47.094.054</b>
Resultado líquido do período	16	541.086.300	534.457.666
Resultado distribuído aos Beneficiários	16	(539.155.421)	(534.326.608)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	17	(1.930.879)	(131.058)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>47.603.718</b>	<b>47.094.054</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	18	60.979.406	51.818.332
Prémios a Pagar	21	23.083.517	17.672.411
		<b>84.062.923</b>	<b>69.490.744</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	20	6.732.674	3.939.609
Estado e outros entes públicos	12	11.719.827	6.644.046
Prémios a pagar	21	33.003.290	17.008.877
Outras contas a pagar	22,33	147.509.420	144.024.463
Diferimentos	23	8.819.303	10.348.032
		<b>207.784.512</b>	<b>181.965.027</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>291.847.435</b>	<b>251.455.771</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>339.451.153</b>	<b>298.549.825</b>

O Diretor de Gestão Financeira



(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo



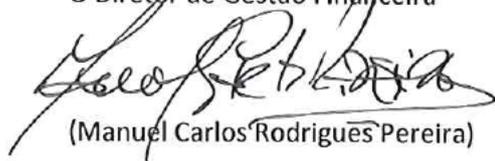
(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

## Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)

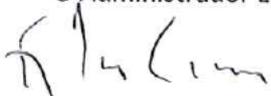
<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Vendas e serviços prestados	24	587.274.863	596.854.377
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(8.239.976)	(7.393.638)
Fornecimentos e serviços externos	26	(37.743.973)	(46.299.020)
Gastos com o pessoal	27	(15.247.716)	(12.999.638)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	10	7.937	(43)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(47.283)	(252.298)
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(10.405.643)	(11.279.205)
Aumentos/ reduções de justo valor	9	(6.270)	713
Outros rendimentos e ganhos	28	26.263.040	15.742.434
Outros gastos e perdas	29	(1.351.253)	(1.333.469)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>540.503.727</b>	<b>533.040.213</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(3.263.346)	(3.496.363)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>537.240.380</b>	<b>529.543.851</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	4.075.911	4.996.976
Juros e gastos similares suportados	30	(229.992)	(83.161)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>541.086.300</b>	<b>534.457.666</b>

O Diretor de Gestão Financeira



(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo



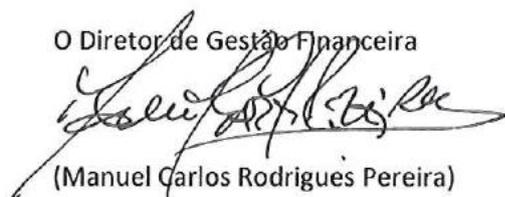
(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

## Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

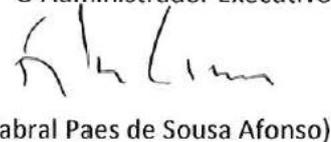
	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>1 de janeiro de 2012</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>42.669.239</b>	-	<b>48.069.867</b>
<b>Alterações no período</b>					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(975.813)	-	(975.813)
	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>41.693.426</b>	-	<b>47.094.054</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	534.457.666	534.457.666
<b>Resultado integral</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>41.693.426</b>	<b>534.457.666</b>	<b>581.551.720</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>					
Distribuições	-	-	-	(534.326.608)	(534.326.608)
Outras operações	-	-	-	(131.058)	(131.058)
	-	-	-	<b>(534.457.666)</b>	<b>(534.457.666)</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>41.693.426</b>	-	<b>47.094.054</b>
<b>1 de janeiro de 2013</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>41.693.426</b>	-	<b>47.094.054</b>
<b>Alterações no período</b>					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	509.663	-	509.663
	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>42.203.090</b>	-	<b>47.603.718</b>
Resultado líquido do período	-	-	-	541.086.300	541.086.300
<b>Resultado integral</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>42.203.090</b>	<b>541.086.300</b>	<b>588.690.017</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>					
Distribuições	-	-	-	(539.155.421)	(539.155.421)
Outras operações	-	-	-	(1.930.879)	(1.930.879)
	-	-	-	<b>(541.086.300)</b>	<b>(541.086.300)</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>181.277</b>	<b>5.219.351</b>	<b>42.203.090</b>	-	<b>47.603.718</b>

O Diretor de Gestão Financeira



(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo



(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

## Demonstração dos fluxos de caixa

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de mediadores	1.386.835.828	1.319.314.447
Pagamentos a fornecedores	(48.668.839)	(45.238.511)
Pagamentos ao pessoal	(9.442.112)	(5.806.451)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1.328.724.878</b>	<b>1.268.269.486</b>
<b>Outros recebimentos/ pagamentos</b>		
<b>Rec. outras atividades operacionais</b>		
Estado	17.539	8.648
Euromilhões	1.192.956	3.007.585
Outros recebimentos	319.519	164.304
<b>Pag. outras atividades operacionais</b>		
Estado	(129.167.770)	(81.288.919)
Prémios	(630.160.902)	(636.147.355)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(548.313.575)	(528.277.272)
Euromilhões	(1.215.980)	(2.158.538)
Outros Pagamentos	(1.234.388)	(1.194.579)
Rec./Pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	1.991.681	(4.305.293)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>	<b>22.153.957</b>	<b>18.078.066</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1.589.440)	(1.908.664)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	(8.028.124)	(21.177.099)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	1.719.437	12.835.635
Juros e rendimentos similares	105.101	109.364
Dividendos		5.880
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>	<b>(7.793.026)</b>	<b>(10.134.884)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(14)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>14.360.916</b>	<b>7.943.182</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>114.254.302</b>	<b>106.311.120</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>128.615.219</b>	<b>114.254.302</b>

O Diretor de Gestão Financeira



(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo



(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

# Anexo às demonstrações financeiras

## 1. Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como “**Departamento de Jogos**” ou “**Entidade**”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “**Santa Casa**” ou “**Serviços Centrais**”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Rua das Taipas, n.º.1, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa.

Esta Entidade tem como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados ou por qualquer forma concedidos à Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os jogos atualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- |                       |               |
|-----------------------|---------------|
| - Lotaria Clássica    | - Totobola    |
| - Lotaria Popular     | - Joker       |
| - Lotaria Instantânea | - Euromilhões |
| - Totoloto            |               |

No âmbito da concessão o Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;

- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos jogadores;
- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre Jogos Sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de Jogos Sociais; e
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros Jogos Sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). Como Administrador Executivo, encontra-se nomeado o Vice-Provedor da Santa Casa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 6 de março de 2014. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando os ativos e passivos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

# **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

## **3.1. Conversão cambial**

### **a) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

### **b) Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

### c) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2013	2012
USD	1,3791	1,3194
CHF	-	1,2072
GBP	-	0,8161

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição para NCRF, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 10 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registrada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 3.4).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### **3.3. Ativos intangíveis**

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal JSC, através do qual funciona o sistema de apostas *online* para os apostadores dos Jogos Sociais; e
- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:
  - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
  - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
  - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
  - Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
  - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Programas de computador	Entre 1 a 7 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

### 3.4. Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.5. Ativos financeiros

Determina-se a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### 3.6. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

### 3.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de Jogos Sociais de Apostas Mútuas e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo *online*) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

### 3.8. Mediadores e Outras contas a receber

As rubricas de Mediadores e de Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

As receitas de Apostas Mútuas são usualmente entregues pelos mediadores até uma semana após o concurso.

As entregas de receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com garantia bancária, são regularizadas até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a mediadores sem garantia bancária são realizadas no ato do levantamento do jogo. A cobrança da lotaria desmaterializada é realizada na quarta-feira da semana seguinte à semana da venda.

As receitas de Lotaria Instantânea são cobradas na semana seguinte à receção da encomenda no terminal “Altura”.

As perdas por imparidade dos Mediadores e das Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

### **3.9. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários, quando contratualizados, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.10. Passivos financeiros**

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cujas remunerações sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

### **3.11. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Departamento de Jogos possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.12. Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e de Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

### **3.13. Benefícios aos empregados**

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 19, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

#### Plano de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6º);

- Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º. 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
- Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez

Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência” a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O ativo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, deduzidos do valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

#### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

### **3.14. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem:

- Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- Para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- O montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

#### Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos Jogos Sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	% Prémios	Límite máximo fixado (euros)
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	-	423.978
	Totobola	0,5%	-	74.820
Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.	Totoloto	-	10,0%	Não definido
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	-	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago., alterado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	-	150.000.000

#### Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável do que não que a Empresa tenha de pagar.

### **3.15. Fundo para pagamento de prémios do Totoloto**

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

### **3.16. Distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais**

A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos Jogos Sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e pelo Decreto-Lei nº 106/2011, de 21 de outubro.

### **3.17. Outras variações no Capital Próprio - Subsídios e apoios do Governo**

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento de jogo, a cativação de receitas obtidas com os Jogos Sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos Jogos Sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo *online* em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das depreciações e amortizações dos equipamentos de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

### **3.18. Locações**

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### **3.19. Especialização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

### **3.20. Rédito**

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos Jogos Sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Apostas Mútuas e Lotarias. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores, devoluções reconhecidas e imposto do selo sobre apostas.

- Apostas de jogo

- Lotarias Clássica e Popular

O rédito é reconhecido no período em que a extração é realizada. As vendas efetuadas em período anterior ao da realização da extração são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

- Lotaria Instantânea

O rédito é reconhecido em função das vendas efetuadas aos mediadores nos pontos de venda, face ao capital emitido e prémios já pagos.

- Apostas Mútuas

Os réditos são reconhecidos na data da realização do concurso.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

- Prémios de Jogo

- Lotarias Clássica e Popular

Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios que venham a caducar por falta de levantamento após um período de 3 meses são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

- Lotaria Instantânea

Os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no regulamento de jogo, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/ vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso.

- Apostas Mútuas

Os prémios são reconhecidos na data de realização do concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

Até 11 de março de 2011 as percentagens para prémios eram regulamentadas pela Portaria n.º 973/2009, de 31 de agosto. A Portaria n.º 102/2011, de 11 de março revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

As percentagens para prémios incidem sobre os vendas brutas das Apostas Mútuas, e sobre o capital emitido das Lotarias:

<b>Jogo Social</b>	<b>% Prémios</b>
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%

- Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os Jogos Sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos Jogos Sociais.

- Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores

Os mediadores são remunerados pelos jogadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos mediadores (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos jogadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

<b>Jogo Social</b>	<b>% Remuneração</b>
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica - Venda terminal	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular - Venda terminal	7%
Lotaria Instantânea	10%

- Outros

O rédito proveniente de ativos financeiros é reconhecido através do método da taxa de juro efetiva.

### **3.21. Demonstração de fluxos de caixa**

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de “Financiamento obtido - corrente”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

### **3.22. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### **3.23. Matérias ambientais**

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

### **3.24. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

### 3.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 18).

- Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 19).

- Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 6 e Nota 7).

## 4. Fluxos de caixa

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos Jogos Sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e de Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	179 605	386 607
	<b>179.605</b>	<b>386.607</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	(5.544.715)	(21.482.304)
- Depósitos a prazo < 90 dias	93.210.000	98.500.000
- Depósitos a prazo > 90 dias	40.770.329	36.850.000
	<b>128.435.613</b>	<b>113.867.696</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<b>128.615.219</b>	<b>114.254.302</b>
<b>Equivalentes de caixa (passivo)</b>	-	-
<b>Total de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>128.615.219</b>	<b>114.254.302</b>

O saldo de depósitos bancários à ordem apresenta saldo negativo por estarem registados valores, devidamente conciliados, designadamente ordens de pagamento de prémios por levantar pelos premiados, no valor de 4.604.045 euros e valor das transferências semanais para a SLE relativa aos últimos concursos do Euromilhões de 2013, que perfazem 6.201.486 euros.

No entanto, não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Erros de períodos anteriores.

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 os movimentos registados em rúbricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	(euros)								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2012</b>									
Custo de aquisição	2.423.190	42.176.629	181.441	4.770.835	962.910	1.968.972	565.998	-	53.049.976
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.220.199)	(39.699.130)	(126.178)	(2.944.296)	(614.228)	(1.492.787)	(299.466)	-	(46.396.283)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.202.991</b>	<b>2.477.500</b>	<b>55.263</b>	<b>1.826.540</b>	<b>348.683</b>	<b>476.185</b>	<b>266.532</b>	-	<b>6.653.693</b>
Adições	-	20.135	-	1.852	30.387	239.760	5.847	306.041	604.021
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	60.207	-	-	-	-	(12.144)	-	(60.207)	(12.144)
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(100.687)	(997.972)	(15.486)	(937.446)	(100.005)	(246.221)	(48.853)	-	(2.446.671)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	9.828	-	-	9.828
<b>Valor líquido</b>	<b>1.162.511</b>	<b>1.499.662</b>	<b>39.777</b>	<b>890.946</b>	<b>279.064</b>	<b>467.408</b>	<b>223.526</b>	<b>245.833</b>	<b>4.808.727</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>									
Custo de aquisição	2.483.397	42.196.764	181.441	4.772.687	993.297	2.196.588	571.845	245.833	53.641.853
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.320.886)	(40.697.102)	(141.664)	(3.881.742)	(714.233)	(1.729.180)	(348.319)	-	(48.833.126)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.162.511</b>	<b>1.499.662</b>	<b>39.777</b>	<b>890.946</b>	<b>279.064</b>	<b>467.408</b>	<b>223.526</b>	<b>245.833</b>	<b>4.808.727</b>
<b>1 de janeiro de 2013</b>									
Custo de aquisição	2.483.397	42.196.764	181.441	4.772.687	993.297	2.196.588	571.845	245.833	53.641.853
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.320.886)	(40.697.102)	(141.664)	(3.881.742)	(714.233)	(1.729.180)	(348.319)	-	(48.833.126)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.162.511</b>	<b>1.499.662</b>	<b>39.777</b>	<b>890.946</b>	<b>279.064</b>	<b>467.408</b>	<b>223.526</b>	<b>245.833</b>	<b>4.808.727</b>
Adições	-	47.515	-	169.984	79.060	105.867	22.640	1.817.290	2.242.356
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	1.596.165	-	(6.093)	-	(1.596.165)	(6.093)
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(106.206)	(891.596)	(10.218)	(1.201.473)	(119.130)	(385.753)	(49.176)	-	(2.763.554)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	5.524	-	-	5.524
<b>Valor líquido</b>	<b>1.056.305</b>	<b>655.581</b>	<b>29.559</b>	<b>1.455.622</b>	<b>238.993</b>	<b>186.952</b>	<b>196.989</b>	<b>466.958</b>	<b>4.286.960</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>									
Custo de aquisição	2.483.397	42.244.279	181.441	6.538.837	1.072.357	2.296.362	594.485	466.958	55.878.116
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.427.093)	(41.588.698)	(151.882)	(5.083.215)	(833.363)	(2.109.410)	(397.495)	-	(51.591.156)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.056.305</b>	<b>655.581</b>	<b>29.559</b>	<b>1.455.622</b>	<b>238.993</b>	<b>186.952</b>	<b>196.989</b>	<b>466.958</b>	<b>4.286.960</b>

Dos ativos registados na classe “Edifícios e outras construções”, relativo à conta “Obras em edifícios arrendados/cedidos”, encontram-se reconhecidos investimentos em obras de beneficiação no edifício sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas nº.1.

Os valores mais significativos contabilizados como “Equipamento básico” correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos mediadores dos Jogos Sociais, nomeadamente os terminais *online* e equipamento de impressão complementar.

### 6.1. Adições

Os aumentos ocorridos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2013, refletem 2.242.356 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento informático, de sinalética e em curso (adições 2012: 604.021 euros, essencialmente provenientes de aquisições de sinalética e em curso).

### 6.2. Abates

No período findo em 31 de dezembro de 2013, registaram-se abates no valor de 6.093 euros.

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2013 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 186.952 euros relativos a peças promocionais de sinalética.

## 7. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal JSC e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como segue:

A rubrica programas de computador é composta por *software* e o sistema *online*.

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2012</b>				
Custo de aquisição	3.442.657	19.292.754	-	22.735.411
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.826.165)	(18.178.858)	-	(21.005.023)
<b>Valor líquido</b>	<b>616.492</b>	<b>1.113.896</b>	<b>-</b>	<b>1.730.388</b>
Adições	-	-	233.700	233.700
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	233.700	(233.700)	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(157.402)	(892.290)	-	(1.049.692)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>459.090</b>	<b>455.306</b>	<b>-</b>	<b>914.396</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Custo de aquisição	3.442.657	19.526.454	-	22.969.111
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.983.567)	(19.071.148)	-	(22.054.715)
<b>Valor líquido</b>	<b>459.090</b>	<b>455.306</b>	<b>-</b>	<b>914.396</b>

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2013</b>				
Custo de aquisição	3.442.657	19.526.454	-	22.969.111
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(2.983.567)	(19.071.148)	-	(22.054.715)
<b>Valor líquido</b>	<b>459.090</b>	<b>455.306</b>	-	<b>914.396</b>
Adições	-	1.157.820	-	1.157.820
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Amortização - período	(157.402)	(342.391)	-	(499.793)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Amortização - transferências e abates	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>301.688</b>	<b>1.270.735</b>	-	<b>1.572.423</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
Custo de aquisição	3.442.657	20.684.274	-	24.126.931
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(3.140.969)	(19.413.538)	-	(22.554.507)
<b>Valor líquido</b>	<b>301.688</b>	<b>1.270.735</b>	-	<b>1.572.423</b>

## 8. Participações financeiras - outros métodos

O saldo registado nesta rúbrica contempla:

- A participação de 5,2% no capital social da SLE – Services aux Loteries en Europe, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de lottery operator do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e
- A participação de 50% no capital social da NLCS - National Lotteries Common Services, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013 e com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

## 9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a rúbrica de Outros ativos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2013	2012
Fundos obrigatórios	116.310.009	105.694.443
Outros ativos financeiros	14.005	20.275
<b>Total</b>	<b>116.324.015</b>	<b>105.714.718</b>

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da concessão da exploração dos Jogos Sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material.

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
<b>Fundos para reclamação e pagamento de prémios</b>				
Totoloto	0,5%	-	423.978	Dec. Lei n.º 84/85, de 28 mar., com as alterações introduzidas pelos Dec. Lei n.º 387/86, de 17 nov. e n.º 258/97, de 30 set., republicado pelo Dec. Lei n.º 317/2002, de 27 dez., e Dec. Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec. Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec. Lei n.º 412/93, de 21 dez. e Dec. Lei n.º 153/2009, de 2 jul.
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec. Lei n.º 210/2004, de 20 ago, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 mar.
Euromilhões	1,0%	-	150.000.000	
<b>Fundo para pagamento do 1º prémio</b>				
Totoloto	-	10,0%	Não definido	Dec. Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
<b>Fundos para renovação de equipamento e material</b>				
Totoloto	2,0%	-	24.939.895	Dec. Lei n.º 84/85, de 28 mar., Dec. Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec. Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec. Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec. Lei n.º 387/86, 17 nov.
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec. Lei n.º 210/2004, de 20 ago.
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados “para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *online*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros”.

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, veio permitir que "a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os Jogos Sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões". A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.596 euros para 1.000.000 euros.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado a partir de 1 de janeiro de 2012 "à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento".

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento 1º prémio Totoloto e "Número da Sorte"	Total
<b>1 de janeiro de 2012</b>	<b>40.072.388</b>	<b>41.298.872</b>	<b>11.300.189</b>	<b>92.671.450</b>
Reforços	155.714	10.476.208	10.133.323	<b>20.765.245</b>
Utilizações	(451)	-	(7.741.801)	<b>(7.742.252)</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>40.227.651</b>	<b>51.775.080</b>	<b>13.691.711</b>	<b>105.694.443</b>
<b>1 de janeiro de 2013</b>	<b>40.227.651</b>	<b>51.775.080</b>	<b>13.691.711</b>	<b>105.694.443</b>
Reforços	1.951.892	9.390.795	8.491.201	<b>19.833.888</b>
Utilizações	(1.813.664)	-	(7.404.657)	<b>(9.218.322)</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>40.365.879</b>	<b>61.165.875</b>	<b>14.778.254</b>	<b>116.310.009</b>

Os “Outros ativos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2013, tiveram um impacto negativo de 6.270 euros (2012: +713 euros).

## 10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2012 e 2013 é como segue:

(euros)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Consumíveis para jogo	246.233	235.158
Bilhetes de Lotaria Instantânea	2.064.717	1.657.948
Bilhetes de Apostas Mútuas	216.988	352.621
Papel térmico	2.598.233	1.600.084
Papel térmico (em trânsito)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(10.765)	(18.702)
<b>Total inventários</b>	<b>5.145.277</b>	<b>3.856.979</b>

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 8.239.976 euros.

- Imparidade de inventários

Registaram-se imparidades de inventários, no período de 2013, no valor de 10.765 euros, correspondendo a 10.737 euros e a 28 euros a bilhetes de Apostas Mútuas e de Lotaria Instantânea, respetivamente.

## 11. Mediadores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a decomposição da rubrica de Mediadores, é como se segue:

	(euros)					
	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Mediadores	45.934.832	162.036	46.096.868	41.355.247	1.875.000	43.230.247
Mediadores cobrança duvidosa	1.134.800	-	1.134.800	1.205.486	-	1.205.486
	<b>47.069.632</b>	<b>162.036</b>	<b>47.231.668</b>	<b>42.560.733</b>	<b>1.875.000</b>	<b>44.435.733</b>
Ajustamentos de mediadores	(1.134.800)	-	(1.134.800)	(1.205.486)	-	(1.205.486)
Plano pagamentos mediadores	(63.642)	(5.786)	(69.428)	(48.883)	(162.746)	(211.629)
<b>Total mediadores</b>	<b>45.871.190</b>	<b>156.250</b>	<b>46.027.440</b>	<b>41.306.365</b>	<b>1.712.254</b>	<b>43.018.619</b>

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular) e Lotaria Instantânea.

Os mediadores mais relevantes são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 10.603.522 euros e 3.228.844 euros em 31 de dezembro de 2013 (2012: 12.795.541 euros e 3.347.372 euros).

Relativamente à Casa da Sorte foi negociado e aprovado pela deliberação n.º 96/2011, de 27 de janeiro, da Mesa da Santa Casa, um plano de pagamentos relativo ao jogo entregue (em particular a Lotaria Nacional). Os saldos a receber a 31 de dezembro de 2013, englobam o referido plano de pagamentos, ocorrido em janeiro de 2011 (prestações mensais a produzir efeitos em janeiro de 2011 e a terminar em dezembro de 2014). Dado que as condições de recebimento não são comparáveis às condições habituais de negócio, de acordo com os normativos do SNC, procedeu-se ao reconhecimento contabilístico do desconto do valor abrangido pelo plano de pagamento, tendo sido aplicada uma taxa de desconto correspondente à Euribor a 30 dias (taxa de fecho do último dia do mês para o qual a operação produz efeitos), acrescida de um *spread* de 2,25% e de taxa de risco de 2%. O efeito de atualização da dívida em função do período decorrido teve um impacto positivo de 142.201 euros em resultados (2012: 192.570 euros positivos).

### 11.1. Imparidade de mediadores

	(euros)	
	2013	2012
<b>1 de janeiro</b>	<b>1.205.486</b>	<b>970.607</b>
Aumentos	70.113	318.328
Utilizações	(117.969)	(17.418)
Reversões	(22.831)	(66.031)
<b>31 de dezembro</b>	<b>1.134.800</b>	<b>1.205.486</b>

### 11.2. Detalhe da imparidade por natureza de Jogo Social

	2013			2012		
	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea
<b>1 de Janeiro</b>	<b>1.007.674</b>	<b>158.066</b>	<b>39.746</b>	<b>803.793</b>	<b>157.621</b>	<b>9.193</b>
Aumentos	53.377	9.053	7.683	279.909	571	37.849
Utilizações	(70.765)	(46.896)	(308)	(15.475)	(63)	(1.880)
Reversões	(10.069)	(7.941)	(4.820)	(60.553)	(63)	(5.415)
<b>31 de dezembro</b>	<b>980.217</b>	<b>112.281</b>	<b>42.301</b>	<b>1.007.674</b>	<b>158.066</b>	<b>39.746</b>

A variação ocorrida na rubrica de imparidade deveu-se a situações de incumprimentos, sendo de destacar uma redução de 78% nos aumentos, face ao ano anterior.

## 12. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

	(euros)			
	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	81	5.467	-	3.713
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	333	-	2.995	-
Contribuições p/ segurança social	-	-	-	-
Imposto do selo	-	11.714.359	-	6.640.333
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>11.719.827</b>	<b>2.995</b>	<b>6.644.046</b>

O saldo credor de Imposto s/rendimento – IRS e IRC e Imposto do Selo é referente ao mês de dezembro, não existindo qualquer valor em mora.

## 13. Outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a decomposição da rubrica “Outras contas a receber”, é como segue:

	(euros)					
	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	28.467	-	28.467	35.735	-	35.735
Outras contas a receber						
Euromilhões - Primary Insurance	6.130.485	-	6.130.485	6.107.461	-	6.107.461
Euromilhões - Pre-deposit amount	6.904.129	-	6.904.129	6.904.129	-	6.904.129
Euromilhões (Saldo Inicial) - Booster	3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447
Euromilhões - Mutual Insurance	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
Entidades relacionadas	-	-	-	681.004	-	681.004
Outras	649.253	-	649.253	211.477	-	211.477
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.112.562	-	15.112.562	5.096.213	-	5.096.213
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>	<b>33.880.344</b>	<b>-</b>	<b>33.880.344</b>	<b>24.091.466</b>	<b>-</b>	<b>24.091.466</b>

### 13.1. Pessoal

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e empréstimos concedidos.

### 13.2. Outras contas a receber

Euromilhões – Primary Insurance: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média de vendas de jogo do último semestre;

Euromilhões – Pre-deposit Insurance: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função dos resultados de vendas europeias de Jogo e das transferências realizadas segundo a afetação de resultados internacional e corresponde na globalidade a 2,5 vezes da média das transferências dos operadores de lotaria que exploram o jogo Euromilhões. O Departamento de Jogos deverá proceder ao depósito de acordo com a sua proporção no total das vendas das 9 entidades europeias (*costsharing*).

Euromilhões - Saldo Inicial – Booster: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”;

Euromilhões – Mutual Insurance: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de Jogo;

Entidades relacionadas: Saldos de conta-corrente que o Departamento de Jogos mantém com as restantes unidades da Santa Casa, fruto de transações operacionais;

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Adicionalmente, esta situação tem que ser ulteriormente objeto de apropriada resolução jurídica. Encontram-se, ainda, reconhecidos nesta rubrica 362.716 euros referentes aos adiantamentos dos encargos fiscais obrigatórios no âmbito da aquisição de terminais de jogo.

### 13.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros a receber <sup>(a)</sup>	3.267.567	3.747.492
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	4.950	103.099
Lotaria Nacional <sup>(b)</sup>	292.652	519.117
Totobola <sup>(b)</sup>	10.917	3.245
Totoloto <sup>(b)</sup>	38.423	51.349
Euromilhões <sup>(b)</sup>	11.487.579	650.882
Joker <sup>(b)</sup>	10.475	21.030
<b>Total</b>	<b>15.112.562</b>	<b>5.096.213</b>

a) Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos *online* (ver Nota 30) e aplicações de tesouraria de curto-prazo;

b) Especialização referente a prémios caducados, onde se destacam os provenientes de Apostas Mútuas e ao reconhecimento das vendas do último concurso do Euromilhões, realizado em 31 de dezembro de 2013.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 14. Diferimentos - gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Especialização da remuneração dos mediadores pagas p/ jogadores	918.479	1.004.988
Seguros	703	29
Outros	1.688.746	397.721
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>2.607.928</b>	<b>1.402.737</b>

Na rubrica Especialização da remuneração dos mediadores pagas pelos jogadores, os valores reconhecidos respeitam às remunerações relativas às apostas cujas vendas são antecipadas. Estes valores discriminam-se pelos Jogos Sociais da seguinte forma: 598,6 mil euros - Lotaria Clássica; 293,7 mil euros - Lotaria Popular; 17,6 mil euros - Totoloto; e 8,6 mil euros - Euromilhões.

Na rubrica Outros encontram-se registados 1,6 milhões de euros relativos a investimentos e encargos referentes ao desenvolvimento do Projeto de Alargar a oferta das apostas desportivas, a serem reconhecidos a partir do momento do início da exploração deste novo Jogo.

## 15. Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

## 16. Resultados transitados

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos Jogos Sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação do equipamento de jogo *online*.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e 2013 é como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Resultado distribuído	539.155.421	534.326.608
Resultado retido (constituição fundos <i>online</i> )	1.930.879	131.058
	<b>541.086.300</b>	<b>534.457.666</b>

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

A distribuição pelos beneficiários é a seguinte:

		(euros)	
Beneficiários		2013	2012
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	14.557.794	14.323.417
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	1.576.656	1.551.273
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	3.626.310	3.567.927
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E. (trimestral)		11.982.589	11.789.672
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	18.396.270	18.100.094
	Instituto Português do Desporto e Juventude	49.133.897	48.342.851
	Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	2.631.045	2.588.686
Ministério da Solidariedade, Emp. Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	175.166.531	172.346.386
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	6.254.071	6.153.381
Ministério da Saúde		86.400.773	85.009.738
Ministério Educação e Ciência	Desporto escolar	5.255.521	5.170.909
	Projetos especiais destinados a estudantes do ensino secundário	2.575.206	2.533.745
Direção Regional de Juventude e Desporto - Madeira		1.051.104	1.034.182
Instituto de Desporto dos Açores		1.051.104	1.034.182
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		145.893.276	143.544.424
<b>Subtotal dos resultados a distribuir</b>		<b>525.552.147</b>	<b>517.090.866</b>
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2.964.725	3.636.824
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa <sup>(a)</sup>		10.638.549	13.598.917
<b>TOTAIS</b>		<b>539.155.421</b>	<b>534.326.608</b>

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados da Lotaria Nacional e do Euromilhões (2013: 9.578 mil euros; 2012: 12.354 mil euros), 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2013: 929 mil euros; 2012: 1.158 mil euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (2013: 132 mil euros; 2012: 88 mil euros).

## 17. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013:

	(euros)	
	2013	2012
<b>1 de janeiro</b>	<b>41.693.426</b>	<b>42.669.239</b>
Adições	1.930.879	131.058
Regularização por resultados	(1.442.229)	(1.131.527)
Transferências	21.014	24.656
<b>31 de dezembro</b>	<b>42.203.090</b>	<b>41.693.426</b>

Os valores apresentados correspondem à rubrica Fundos *online*, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo *online* (ver Nota 9 – Outros ativos financeiros).

O valor de adições/ reforços resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação do sistema *online*, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo valores referentes essencialmente a investimentos efetuados durante o período.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de equipamento pertencente ao sistema de jogo *online*.

## 18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	(euros)						
	Processos judiciais	Pagamentos de prémios			Outras provisões	Total	
		Joker	Totobola	Totoloto			Euromilhões
<b>1 de janeiro de 2012</b>	<b>15.053</b>	<b>1.000.000</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>39.725.254</b>	-	<b>41.239.105</b>
Dotação	213.643	589.354	-	-	10.476.208	-	11.279.205
Utilização	-	(699.978)	-	-	-	-	(699.978)
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>228.695</b>	<b>889.376</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>50.201.463</b>	-	<b>51.818.332</b>
Saldo corrente							-
Saldo não corrente	228.695	889.376	74.820	423.978	50.201.463	-	51.818.332
	<b>228.695</b>	<b>889.376</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>50.201.463</b>	-	<b>51.818.332</b>

(euros)

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios			Outras provisões	Total	
		Joker	Totobola	Totoloto			Euromilhões
<b>1 de janeiro de 2013</b>	<b>228.695</b>	<b>889.376</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>50.201.463</b>	<b>-</b>	<b>51.818.332</b>
Dotação	195.158	819.690	-	-	9.390.795	-	10.405.643
Utilização	-	(1.244.569)	-	-	-	-	(1.244.569)
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>423.853</b>	<b>464.497</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>59.592.258</b>	<b>-</b>	<b>60.979.406</b>
Saldo corrente							-
Saldo não corrente	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	60.979.406
	<b>423.853</b>	<b>464.497</b>	<b>74.820</b>	<b>423.978</b>	<b>59.592.258</b>	<b>-</b>	<b>60.979.406</b>

### 18.1. Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

### 18.2. Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de Jogos Sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos Jogos Sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Joker e Euromilhões para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 3.14 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço da provisão para pagamento de prémios Euromilhões, para o qual ainda não havia sido atingido o limite previsto na republicação do Decreto-Lei n.º 210/2004, pelo Decreto-Lei 44/2011 de 24 de março, e ainda devido à utilização pelo pagamento de prémios do Joker e o seu consequente reforço.

## 19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Impacto no balanço</b>		
Complementos de pensões	187.529	216.170
	<b>187.529</b>	<b>216.170</b>
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Complementos de pensões	(28.641)	553.962
	<b>(28.641)</b>	<b>553.962</b>

A redução do grau de cobertura das responsabilidades pelos ativos do fundo em 2013, face a 2012, implica um impacto negativo em resultados no ano 2013, ou seja, aumento dos gastos com pessoal em 28.641 euros.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2013, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essas datas, tiveram por base os pressupostos em vigor nos anos transatos, exceto a taxa anual de crescimento dos salários, pressuposto sem impacto relevante, e o prolongamento da aplicação da taxa nula de crescimento das pensões de 2015 para 2020, tendo em consideração a atual conjuntura nacional.

Os pressupostos em vigor, face aos do ano anterior, são os seguintes:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2020	0,00%	-
Após 2020	1,25%	-
Até 2015	-	0,00%
Após 2015	-	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

### 19.1. Plano de pensões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Valor presente da obrigação	(16.332.349)	(17.285.053)
Justo valor dos ativos do plano	16.519.878	17.501.223
<b>Impacto no balanço</b>	<b>187.529</b>	<b>216.170</b>

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e 2013 detalha-se como se segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1 de janeiro</b>	<b>17.285.053</b>	<b>18.041.845</b>
Custo serviços correntes	-	-
Custo dos juros	761.824	819.324
Pagamento de benefícios	(1.509.060)	(1.141.028)
(Ganhos)/perdas atuariais	(205.468)	(435.088)
<b>31 de dezembro</b>	<b>16.332.349</b>	<b>17.285.053</b>

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e 2013:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1 de janeiro</b>	<b>17.501.223</b>	<b>17.704.053</b>
Contribuições entregues	-	-
Ganhos/ (perdas) atuariais	(240.549)	270.488
Benefícios pagos	(1.509.060)	(1.141.028)
Retorno esperado dos ativos do fundo	768.265	667.709
<b>31 de dezembro</b>	<b>16.519.878</b>	<b>17.501.223</b>

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2013 foi determinada com base numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo e pela estratégia de investimentos a realizar.

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2013:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Obrigações	62.813.396	70.459.624
Depósitos curto prazo	13.615.605	11.727.156
Produtos Estruturados	345.625	-
Fundos investimento	5.070.829	5.539.094
	<b>81.845.455</b>	<b>87.725.874</b>

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Custos serviços correntes	-	-
Custos dos juros	(761.824)	(819.324)
Ganhos / (perdas atuariais)	(35.082)	705.576
Retorno estimado dos ativos do plano	768.265	667.709
<b>Total incluído em gastos com pessoal</b>	<b>(28.641)</b>	<b>553.962</b>

## 20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como se segue:

Descrição	(euros)					
	<b>2013</b>			<b>2012</b>		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais	6.732.674	-	6.732.674	3.939.609	-	3.939.609
<b>Total saldo fornecedores</b>	<b>6.732.674</b>	<b>-</b>	<b>6.732.674</b>	<b>3.939.609</b>	<b>-</b>	<b>3.939.609</b>

Nos Fornecedores gerais estão incluídos os saldos credores referentes a transações de natureza operacional, como sejam serviços publicitários ou meios de produção televisiva.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Entidade	(euros)	
	2013	2012
Olivedesportos Publicidade	1.070.100	-
PT Comunicações, S.A.	835.673	146.637
Scientific Games International, LTD.	401.561	689.883
Urbanos, Soluções S.A.	364.486	331.966
Presslivre, Imprensa Livre, S.A.	346.550	27.289
Gtech Foreign Holding Corporation	317.629	17.971
Accenture, Consultores de Gestão, S.A.	-	732.344
Outros	3.396.674	1.993.519
<b>Total</b>	<b>6.732.674</b>	<b>3.939.609</b>

## 21. Prémios a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como segue:

Descrição	(euros)					
	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	30.544.692	-	30.544.692	15.366.625	-	15.366.625
Euromilhões - 50%	40.715.304	-	40.715.304	44.164.558	-	44.164.558
Euromilhões - Booster	(26.008.317)	-	(26.008.317)	(40.876.883)	-	(40.876.883)
Euromilhões Jackpot	(14.706.987)	-	(14.706.987)	(3.287.675)	-	(3.287.675)
Lotaria Instantânea	2.488.010	8.305.262	10.793.273	1.110.068	3.980.701	5.090.769
Fundo pagamento prémios Totoloto	-	14.778.254	14.778.254	-	13.691.711	13.691.711
Outros	(29.413)	-	(29.413)	532.183	-	532.183
<b>Total prémios a pagar</b>	<b>33.003.290</b>	<b>23.083.517</b>	<b>56.086.807</b>	<b>17.008.877</b>	<b>17.672.411</b>	<b>34.681.288</b>

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prémios de Apostas Mútuas e valores entre 150 euros e 5.000 euros, estes são pagos através da emissão de ordem de pagamento a favor do premiado, entregues aos mediadores. Os restantes prémios são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM Booster: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de jackpots, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo;

Euromilhões jackpot: Saldo referente a pagamento de prémios de jackpot. As três contas equilibram-se;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos concursos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, concursos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 12 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

## 22. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 a decomposição da rubrica “Outras contas a pagar” era como se segue:

	(euros)					
	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	1.161.078	-	1.161.078	2.479	-	2.479
Outros credores						
Lucros - resultados antecipados	95.573.901	-	95.573.901	104.735.158	-	104.735.158
Partes relacionadas	3.054.129	-	3.054.129	1.766.834	-	1.766.834
Cauções mediadores (numerário)	8.006.773	-	8.006.773	5.839.509	-	5.839.509
Cartões portal	3.190.809	-	3.190.809	3.193.739	-	3.193.739
Vendas portal	838.079	-	838.079	224.308	-	224.308
Outros	287.740	-	287.740	21.839	-	21.839
Credores por acréscimos de gastos	35.396.912	-	35.396.912	28.240.598	-	28.240.598
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>147.509.420</b>	<b>-</b>	<b>147.509.420</b>	<b>144.024.463</b>	<b>-</b>	<b>144.024.463</b>

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2013 respeita sobretudo a faturação vincenda relativa à aquisição de *software* no âmbito da exploração dos Jogos Sociais e respetivo licenciamento;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;

Cauções mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos Jogos Sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;

Cartões portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos Jogos Sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos Jogos Sociais da última semana do ano civil;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

	(euros)	
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Remunerações a pagar	1.514.437	1.122.361
Prémios Lotaria Instantânea	22.010.722	10.878.308
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.	4.186.899	4.538.540
Outros credores por acréscimos de gastos	5.983.090	10.591.337
Lotaria Nacional	1.179.886	1.110.053
Euromilhões	521.878	-
<b>Total</b>	<b>35.396.912</b>	<b>28.240.598</b>

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios líquidos, sempre que os primeiros sejam inferiores aos segundos;

Comissões 2% s/ prémios Lotaria Instantânea: especialização da remuneração dos mediadores de Lotaria Instantânea que será paga aos mediadores quando determinado jogo é dado por concluído pelo Departamento de Jogos (ver nota 26 que refere a alteração do Regulamento dos Mediadores ocorrida em 2013);

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (assistência a terminais de jogo, encargos com linhas de telecomunicações dos terminais, entre outros);

Lotaria Nacional: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos jogadores, consoante a data da realização da extração;

Euromilhões: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos jogadores, consoante a data da realização do sorteio.

## 23. Diferimentos - rendimentos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Vendas antecipadas	8.819.303	10.348.032
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>8.819.303</b>	<b>10.348.032</b>

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de apostas de Jogos Sociais com a natureza de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional, cujas extrações/sorteios apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

## 24. Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

	(euros)	
<b>Rédito de Jogos Sociais</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Vendas brutas dos Jogos Sociais</b>		
Totobola	10.466.049	12.067.580
Totoloto	127.354.020	149.425.724
Joker	42.252.065	55.064.002
Euromilhões	939.051.132	1.047.599.466
Lotaria Clássica	53.628.467	59.937.746
Lotaria Popular	26.565.095	28.510.922
Lotaria Instantânea	590.716.803	376.515.884
<b>Subtotal</b>	<b>1.790.033.631</b>	<b>1.729.121.324</b>
<b>Imposto do Selo</b>		
Totobola	(450.691)	(519.656)
Totoloto	(5.484.144)	(6.434.600)
Joker	(1.819.467)	(2.371.177)
Euromilhões	(40.437.609)	(45.111.939)
Lotaria Clássica	(2.309.360)	(2.581.051)
Lotaria Popular	(1.143.952)	(1.227.743)
Lotaria Instantânea	(25.437.566)	(16.213.603)
<b>Subtotal</b>	<b>(77.082.788)</b>	<b>(74.459.770)</b>
<b>Prémios</b>		
Totobola	(6.280.174)	(7.240.707)
Totoloto	(70.046.239)	(82.185.760)
Joker	(23.239.509)	(30.286.176)
Euromilhões	(469.539.763)	(523.810.422)
Lotaria Clássica	(42.231.045)	(45.929.898)
Lotaria Popular	(18.825.167)	(19.284.965)
Lotaria Instantânea	(371.518.093)	(237.003.775)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.001.679.989)</b>	<b>(945.741.704)</b>
<b>Remunerações mediadores pagas p/jogadores</b>		
Totobola	(688.875)	(797.646)
Totoloto	(8.342.446)	(9.827.616)
Joker	(2.805.936)	(3.670.340)
Euromilhões	(44.640.179)	(49.917.183)
Lotaria Clássica	(6.199.313)	(7.010.171)
Lotaria Popular	(2.930.574)	(3.202.919)
Lotaria Instantânea	(58.390.672)	(37.645.496)
<b>Subtotal</b>	<b>(123.997.995)</b>	<b>(112.071.371)</b>
<b>Vendas líquidas dos Jogos Sociais</b>	<b>587.272.859</b>	<b>596.848.479</b>
<b>Outras vendas</b>	2.004	5.898
<b>Total</b>	<b>587.274.863</b>	<b>596.854.377</b>

Vendas brutas dos Jogos Sociais: rendimentos das apostas efetuadas nos pontos de venda, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso.

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de imposto do selo de 4,5% sobre os Jogos Sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O imposto do selo encontra-se incluído no preço da aposta, a partir de setembro de 2009;

Prémios: valor de prémios de Jogos Sociais reconhecidos durante o período.

Remunerações dos mediadores pagas pelos jogadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 3.20 – Rédito.

## 25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2012 e 2013 é como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Bilhetes de Lotaria Instantânea	5.486.010	4.260.894
Bilhetes de Apostas Mútuas	723.356	837.224
Papel térmico	1.824.284	2.118.008
Consumíveis para jogo	206.326	177.511
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>8.239.976</b>	<b>7.393.638</b>

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e 2013 é como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Existências iniciais	3.856.979	1.195.986
Compras	9.588.601	10.035.836
Regularizações	(60.328)	18.795
Existências finais	5.145.277	3.856.979
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>8.239.976</b>	<b>7.393.638</b>

## 26. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Comunicação	3.390.766	8.257.957
Conservação e reparação	6.290.835	6.061.586
Publicidade e propaganda	16.201.259	15.463.968
Transporte de bens e valores	1.977.270	2.266.085
Comissões 2% s/prémios Lot. Inst.	1.597.487	4.271.052
Rendas de edifícios	774.592	764.767
Trabalhos especializados	4.077.912	5.104.939
Outros	3.433.853	4.108.667
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>37.743.973</b>	<b>46.299.020</b>

Comunicação: redução de gastos por efeito da substituição das linhas de telecomunicações ligadas aos terminais de jogo distribuídos pelos pontos de venda;

Comissões 2% s/ prémios Lotaria Instantânea: redução que decorre da alteração do Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado, presente na Portaria n.º 112/2013, que elimina a remuneração paga aos mediadores no valor correspondente a 2% sobre os montantes dos prémios pagos por estes. Esta alteração entrou em vigor no dia 22 de março de 2013.

## 27. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2012 e 2013, foram como segue:

	(euros)	
	2013	2012
<b>Remunerações</b>		
Órgãos sociais e júris concursos	227.974	222.773
Pessoal	12.021.894	10.884.314
<b>Subtotal</b>	<b>12.249.868</b>	<b>11.107.087</b>
<b>Encargos sociais</b>		
Prémios para benefícios reforma	28.641	(553.962)
Encargos sobre remunerações	2.607.220	2.172.552
Gastos de ação social	33.537	33.237
Outros	328.449	240.724
<b>Subtotal</b>	<b>2.997.847</b>	<b>1.892.551</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>15.247.716</b>	<b>12.999.638</b>

Nos períodos em análise, destacam-se:

- Aumento do número total de funcionários em 22 pessoas;
- Reconhecimento de perdas atuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais produzem um impacto em resultados de - 28.641 euros, conforme descrito na Nota 19;
- Os gastos com pessoal, associados à imputação dos gastos com pessoal realizado pelos serviços instrumentais (Direção Financeira, Direção de Recursos Humanos, Direção de Aprovisionamento e Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação), ascendem, em 2013, a 4.486.361 euros (2012: 4.347.626 euros).

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2013 era de 300 (2012: 278).

## 28. Outros rendimentos e ganhos

A rúbrica de Outros rendimentos e ganhos é apresentada como se segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prémios caducados	24.321.421	13.950.960
Correções relativas a períodos anteriores	44.477	196.162
Outros	1.897.142	1.595.312
<b>Total de Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>26.263.040</b>	<b>15.742.434</b>

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

## 29. Outros gastos e perdas

A rúbrica de Outros gastos e perdas pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Despesas bancárias	1.084.998	1.035.393
Correções relativas a períodos anteriores		9.545
Outros	266.255	288.531
<b>Total de Outros gastos e perdas</b>	<b>1.351.253</b>	<b>1.333.469</b>

### 30. Juros e rendimentos/gastos similares

O detalhe dos juros e rendimentos/gastos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
<b>Juros e gastos similares</b>		
Juros pagos	-	-
Outros	(229.992)	(83.161)
	<b>(229.992)</b>	<b>(83.161)</b>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	98.687	19.053
Juros obtidos (depósitos a prazo)	3.826.163	4.711.993
Outros Financiamentos Concedidos	142.201	192.570
Outros juros	8.860	73.361
	<b>4.075.911</b>	<b>4.996.976</b>
	<b>3.845.920</b>	<b>4.913.815</b>

### 31. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2013:

	(euros)		
<b>Rendas vincendas</b>	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 - 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Viaturas	289.244	174.340	-
	<b>289.244</b>	<b>174.340</b>	-

### 32. Matérias ambientais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2013 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

### 33. Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que atua sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

#### 33.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 227.974 euros.

	(euros)	
	2013	2012
Vencimentos	38.723	36.576
Remunerações dos júris dos concursos, extrações e reclamações	189.251	186.197
<b>Total</b>	<b>227.974</b>	<b>222.773</b>

O Departamento de Jogos suportou 49% dos encargos com remunerações do administrador executivo.

#### 33.2. Transações entre partes relacionadas

##### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

##### *Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:*

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Hospital Ortopédico de Sant’Ana (HOSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

##### (b) transações e saldos pendentes

##### *Entidades do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:*

Durante os períodos de 2012 e 2013, o Departamento de Jogos não efetuou quaisquer aquisições de serviços com estas entidades, apresentando os seguintes saldos correntes com as mesmas:

## Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2012 e 2013, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

	(euros)			
	2013		2012	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
<b>Outras contas a pagar / receber</b>				
<b>Santa Casa</b>				
Referentes a remunerações		1.840.843	-	1.640.481
Referentes à aquisição de bens e serviços		1.250.694	530.068	-
Referentes à aquisição ativos fixos		87.375	-	-
Referentes a Impostos		226.030	-	256.195
Referentes a juros		111.410	-	181.066
		<b>- 3.516.351</b>	<b>530.068</b>	<b>2.077.742</b>
<b>Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA)</b>				
Referentes a remunerações	310.908		310.908	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	150.554		150.532	-
Referentes à aquisição ativos fixos			-	-
Referentes a Impostos			-	-
Referentes a juros			-	-
	<b>461.462</b>	<b>-</b>	<b>461.439</b>	<b>-</b>
<b>Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA)</b>				
Referentes a remunerações			-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	761		404	-
Referentes à aquisição ativos fixos			-	-
Referentes a Impostos			-	-
Referentes a juros			-	-
	<b>761</b>	<b>-</b>	<b>404</b>	<b>-</b>
<b>Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)</b>				
Referentes a remunerações			-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços			-	-
Referentes à aquisição ativos fixos			-	-
Referentes a Impostos			-	-
Referentes a juros			-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza</b>				
Referentes a remunerações		1.529.935	-	1.329.573
Referentes à aquisição de bens e serviços		1.099.379	681.004	-
Referentes à aquisição ativos fixos		87.375	-	-
Referentes a Impostos		226.030	-	256.195
Referentes a juros		111.410	-	181.066
	<b>-</b>	<b>3.054.129</b>	<b>681.004</b>	<b>1.766.834</b>
<b>Distribuição de Resultados</b>				
Santa Casa		24.916.027	-	28.979.517
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		400.220	-	612.702
	<b>-</b>	<b>25.316.247</b>	<b>-</b>	<b>29.592.219</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>28.370.376</b>	<b>681.004</b>	<b>31.359.053</b>



